



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos
**II SEMINÁRIO DO
ARQUIVO JUDICIÁRIO**
A CIDADE DE ARACAJU



Foto: Praça do Palácio (Século XIX), cedida pelo PesquiSe, Pesquisa de Sergipe

11 A 14 DE MARÇO DE 2008

ISSN 0000-0000



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Arquivo Geral do Judiciário

**LIVRO DE RESUMOS
e
ANAIS ELETRÔNICOS
do
II SEMINÁRIO DO ARQUIVO JUDICIÁRIO:
A CIDADE DE ARACAJU**

11 a 14 de março de 2008
Local: Auditório do Arquivo Judiciário

ISSN: 0000-0000

Aracaju
2008



Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Des. José Artêmio Barreto
Presidente

Desa. Célia Pinheiro Silva Menezes
Vice-Presidente

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça
Corregedor-Geral da Justiça

Ivana Rocha Melo Rezende
Secretária Judiciária da Presidência

Profª. M.Sc. Eugênia Andrade Vieira da Silva
Diretora do Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
Arquivo Judiciário de Sergipe

II Seminário do Arquivo Judiciário: A Cidade de Aracaju

Organizadores:

Eugênia Andrade Vieira da Silva – Diretora do Arquivo Judiciário
Sharyse Piroupo do Amaral – Chefe de Divisão de Digitalização

Apoio Técnico:

Ana Izabel Santos – Sala de Pesquisa
Ivone Brito – Divisão de Arquivo
Fábio Soares – Divisão de Digitalização
Elba Rocha – Estagiária da Divisão de Arquivo
Gislayne Carvalho – Estagiária da Divisão de Digitalização

**Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo
Judiciário: A Cidade de Aracaju:**

Edição: Sharyse Piroupo do Amaral

Projeto Gráfico: Fábio Soares (fabiosoares@tj.se.gov.br)

CONTEÚDO

Apresentação

Programação

Livro de Resumos

Textos completos – Conferências

A Cidade no Arquivo: o acervo do Poder Judiciário como fonte para os estudos da História de Aracaju
Jorge Carvalho do Nascimento

Sergipe e o povoado de St. Antônio do Aracaju no mapa de Bloem (1844)
Sharyse Piroupo do Amaral

A Geografia em Aracaju
Vera Maria dos Santos

Textos completos – Comunicações

Penélope Magalhães e a Escola Americana
Ana Tereza Garcez da Rocha e Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

Aracaju no contexto da História da Educação
Andréa Menezes, Menilton Menezes e Lúcio Santos

Considerações acerca do ensino masculino em Aracaju e o surgimento da disciplina de desenho no século XIX
Danielle Virginie Santos Guimarães

O oratório festivo São João Bosco : história e memória
Josineide Siqueira de Santana e Nadja Santos Bonifácio

Uma história de gênero: paus, pedras e navalhadas a serviço da criminalidade no Aracaju oitocentista (1855-1889)
Mateus Antonio de Almeida Neto

Aracaju: uma cidade planejada para poucos.
Paulo Roberto Alves Teles

Aracaju no Governo de Eronides de Carvalho
Silvânia Santana Costa

Apresentação:

Fundada em 1855, Aracaju foi uma das primeiras cidades projetadas do Brasil, criada para ser a nova sede da província de Sergipe. Em função das dificuldades de transferência de todo aparato judicial e administrativo, a Comarca de Aracaju só seria criada dois anos após a transferência da capital.

Em comemoração aos 153 anos de Aracaju-capital, e aos 151 anos de Aracaju-Comarca, o Arquivo Judiciário realizou o seu segundo seminário: A Cidade de Aracaju.

Nessa ocasião foi lançado um importante instrumento de pesquisa, o *Catálogo da Comarca de Aracaju*, Vol 1: Inventários judiciais do século XIX (1811-1900) .

Foi também lançado o primeiro número da revista eletrônica do Arquivo Judiciário, *História, Memória e Justiça* - www.tj.se.gov.br/revistahmj. Mais um espaço para divulgação das pesquisas que vêm sendo produzidas em Sergipe.

Estas iniciativas fazem parte das metas estabelecidas pela Instituição para a Gestão 2006-2008, que além de incentivar a pesquisa através da criação de instrumentos de pesquisa (que podem ser consultados em casa, pela internet) e do pronto-atendimento, pretende também ser um espaço de divulgação dessas pesquisas, seja por meio de eventos, seja pela publicação na nossa revista eletrônica.

Disponibilizamos aqui os textos entregues à organização do Seminário. Esperamos que eles possam contribuir para fomentar a produção acadêmica em Sergipe.

A Comissão Organizadora.

Programação

TERÇA, 11/03

8 h - Credenciamento

9:30 h - Abertura

Conferência do Prof. Jorge Carvalho do Nascimento (Departamento de História, UFS) : **“A Cidade no Arquivo: o acervo do Poder Judiciário como fonte para os estudos da História de Aracaju”**.

10:30 h - Lançamento do Catálogo da Comarca de Aracaju

Apresentação em Data-show: Eugênia Vieira Andrade da Silva

10:45 h - Coffee break

11 h – Conferência do professor Dr. Antonio Lindvaldo Sousa (Coordenador da Especialização em História Cultural, UFS) : **“No limiar do progresso...’: notas sobre a historiografia da Cidade de Aracaju (1855-1930)”**.

QUARTA, 12/03

8h – Conferências:

“O Barão de Maruim e o processo de mudança da Capital de Sergipe”

Prof. MSc Dênio (Departamento de História, UNIT)

“A padroeira de Aracaju”

Prof.^a MSc. Verônica Nunes (Departamento de Museologia, UFS)

“Modernidade e moradia na constituição de Aracaju (1890-1930)”

Prof. MSc Walderfranklin Rolim (Departamento de História, UNIT)

10:30h Cooffe break

11h – Comunicações:

“Considerações acerca do ensino de desenho em Aracaju no século XIX”

Danielle Virginie Santos Guimarães

“Penélope Magalhães e a Escola Americana”

Prof. Dr. Ester Fraga V. C. Nascimento (orientadora) e Ana Tereza G. Rocha

“Aracaju no contexto da História da Educação”

Menilton Menezes, Andréa Menezes e Lucio Santos

QUINTA, 13/03

8h – Conferências:

“O Morro do Urubu: local da primitiva São Cristóvão?”

Prof. Dr. Francisco José Alves (Departamento de História, UFS)

“Sergipe e o Povoado de St. Antônio do Aracaju no mapa de Bloem, 1844”

Prof.^a Dr.^a. Sharyse Amaral (Arquivo Judiciário)

“Aracaju, cidade de palha”

Prof. M.Sc. Amâncio Cardoso (História, CEFET)

10:30h Cooffe break

11h – Comunicações:

“Aracaju no Governo de Eronildes de Carvalho”

Silvânia Costa.

“Uma história de gênero: paus, pedras e navalhadas a serviço da criminalidade no Aracaju oitocentista (1860-1880)”

Mateus Antônio de Almeida Neto.

“O oratório festivo São João Bosco: história e memória”

Nadja Bonifácio e Josineide Santana.

“Aracaju: uma cidade planejada para poucos”

Paulo Teles

SEXTA, 14/03

8h – Conferências:

“Um passado presente: movimento estudantil em Aracaju (1945- 2007)”

Prof. MSc. José Vieira (Departamento de História , UNIT)

“A Geografia em Aracaju”

Prof. MSc.Vera Maria dos Santos (Doutoranda em Educação, UFS)

“ Representações sobre a cor da pele nos jornais da Cidade de Aracaju”

Prof. Dr.Ana Mandarinó (Departamento de Antropologia, UFS)

10:30h Coffee break

Lançamento da Revista Eletrônica *História, Memória e Justiça*

Sharyse Piroupo Amaral

Encerramento: Eugênia Vieira Andrade da Silva, Diretora do Arquivo Judiciário

LIVRO DE RESUMOS

PENÉLOPE MAGALHÃES E A ESCOLA AMERICANA

Ana Tereza Garcez da Rocha

Unit. E-mail: anaterzag@yahoo.com.br

Dr.ª Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

NPED/Unit E-mail: ester.fraga@uol.com.br

RESUMO

Este texto trata da professora Penélope Magalhães, propagadora da cultura norte-americana no cenário educacional sergipano, no início do século XX. Em 1897, foi enviada pela Missão Central do Brasil para estudar Pedagogia e Teologia, na Califórnia. Doze anos depois, retornou ao Brasil e, posteriormente, lecionou inglês na Escola Normal, de Aracaju, além de ter ensinado em vários colégios particulares. No início dos anos de 1930, organizou o Jardim de Infância Augusto Maynard, primeiro estabelecimento educacional a ser construído em Aracaju, seguindo o modelo de educação infantil mais moderno da época e implantando o método de alfabetização mais atual que existia. O recorte teórico-metodológico está pautado Le Goff (1984), Ginzburg (2002) e Nascimento (2007).

PALAVRAS-CHAVE: Penélope Magalhães, Escola Americana, Educação Protestante

ARACAJU NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Andréa do Amaral Costa Menezes

aacmenezes@ig.com.br

Lucio Madureira Vieira dos Santos

FAPese - madureiravs@ig.com.br

Menilton Menezes

menezesmenilton@ig.com.br

UFS-GEPHE

RESUMO

Falando de uma jovem cidade de 153 anos é merecedor destacar sua potencialidade cultural no contexto nacional. Objetivamente falaremos do centro de saber galgado nas quatro últimas décadas. A metodologia usada através de pesquisa bibliográfica e eletrônica. Os cursos universitários instalados em Aracaju permitiram um grande desenvolvimento intelectual. Nomes ilustres fizeram com que Aracaju despontasse no cenário nacional, nas diversas áreas de conhecimento Educação, Medicina e Química. No prefácio do livro Historiografia Educacional Sergipana, Maria Thétis Nunes reflete

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo do Judiciário: "A Cidade de Aracaju"
ISSN 0000-0000
de acordo com Jorge Carvalho, a História da Educação de Sergipe começa a se evidenciar a partir de 1916. O Manifesto da Escola Nova impulsionou a educação surgiram várias publicações da evolução educacional ecoando em Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual Sergipano – Historiografia Sergipana – História da Educação

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO DE DESENHO EM ARACAJU NO SÉCULO XIX

Danielle Virginie Santos Guimarães – UFS
danielle.virginie@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho constitui-se da análise dos pontos referentes ao ensino masculino contido no artigo do Professor José Calazans intitulado *O Ensino Público em Aracaju: 1830-1871*, buscando encontrar nesse estudo referências ao ensino da disciplina de desenho. No referido texto, Calazans fez importantes considerações sobre a história do ensino público na capital de Sergipe, desde antes desta ser proclamada capital. Calazans dividiu seu estudo em três períodos, e avaliou de início os dois primeiros relacionados ao século XIX. Dessa forma, este estudo traz: um panorama geral do ensino público masculino em Aracaju no século XIX, um diagnóstico das disciplinas ministradas, bem como um breve histórico introdutório acerca do surgimento da disciplina de desenho nos currículos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Aracaju, Ensino, Século XIX

O BARÃO DE MARUIM E O PROCESSO DE MUDANÇA DA CAPITAL DE SERGIPE

MSc Denio Azevedo
denio_azevedo@yahoo.com.br
UNIT/FaSe

Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste – UFS/CNPq

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar os variados motivos que circundavam o processo de mudança da capital de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, durante o século XIX. Para tal, será feita uma pesquisa bibliográfica, ressaltando o momento histórico que o Brasil, e especificamente a província de Sergipe, atravessavam, salientando as disputas e representações de poder que serviram como pano de fundo para tal acontecimento. A análise do discurso evitará os enquadramentos ou molduras causadas pela pesquisa

bibliográfica. A temática será analisada sobre a dimensão da História Política, já que se pretende demonstrar que a mudança da capital da província de Sergipe foi um projeto arquitetado e praticado por João Gomes de Mello, o Barão de Maruim.

PALAVRAS-CHAVE: História Política; Mudança de Capital; Barão de Maruim.

O ORATÓRIO FESTIVO SÃO JOÃO BOSCO HISTÓRIA E MEMÓRIA

Josineide Siqueira de Santana – UFS

josimorena@bol.com.br

Nadja Santos Bonifácio- UFS

nad3sb@bol.com.br

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo analisar a formação do Oratório Festivo São João Bosco, instituição fundada em 1914. Será analisado nesse trabalho, a localidade que se encontra, as mudanças na arquitetura da instituição desde suas origens e sua função na sociedade. Como fonte serão utilizados documentos oficiais, fotografias, entrevista, jornais entre outros. A pesquisa de cunho documental e bibliográfico de perspectiva histórico-cultural, pretendendo assim mostrar que a instituição é parte do patrimônio histórico de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: Oratório São João Bosco – Aracaju – Século XX

UMA HISTÓRIA DE GÊNERO: PAUS, PEDRAS E NAVALHADAS A SERVIÇO DA CRIMINALIDADE NO ARACAJU OITOCENTISTA (1860 – 1880)

Mateus Antonio de Almeida Neto - UNIT

telelneto@hotmail.com

RESUMO

O trabalho objetiva discutir a face da criminalidade envolvendo as mulheres no Aracaju oitocentista (1860 – 1880). Posto que, nesta época, a recém capital de Sergipe, estava começando o seu complexo urbanístico e recebendo uma nova massa de migrantes tornando um foco dos grandes comerciantes e dos que almejavam uma chance de fazer fortuna. A partir de um conjunto documental formado pela literatura da época, os processos crime e as novas pesquisas atreladas ao meio ambiente; usaremos como aporte teórico o método do paradigma indiciário de Ginzburg e os estudos acerca do cotidiano de Certeau. Ambos entendidos como operações minúsculas que existem dentro da estrutura de funcionamento e leis do cotidiano a partir das táticas empreendidas pelos atores sociais que fazem bricolagem para agir e gerir o dia-dia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres – Aracaju – Século XIX

ARACAJU: UMA CIDADE PLANEJADA PARA POUÇOS

Paulo Roberto Alves Teles - UFS
pauloteles_aju@hotmail.com

RESUMO

Fundada em 1855, Aracaju destaca-se por ter sido planejada com o intuito de atender as necessidades econômicas do Cotinguiba. Elaborado por Sebastião J. B. Pirro, o projeto arquitetônico já apresentava embriões da exclusão social como, por exemplo: O encarecimento da implantação de imóveis devido às dificuldades impostas pelo meio e os empecilhos criados pelo governo. Forçados a se instalarem nos arredores do quadrilátero, os imigrantes do interior compuseram verdadeiros núcleos de segregação social. Ignácio Barbosa *conquistou a duna*, mas não buscou incluir o povo nesta empreitada. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo revisitar os estudos centrais a respeito da produção do espaço urbano de Aracaju e explicitá-los a partir de uma ótica histórico-geográfica. O trabalho se iniciou com uma ampla pesquisa bibliográfica referente ao período 1855-1875. Com base na documentação levantada foram elaborados relatórios parciais para subsidiarem as conclusões.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização – exclusão - crescimento

SERGIPE E O POVOADO DE ST. ANTÔNIO DO ARACAJU NO MAPA DE BLOEM, 1844

Dr^a. Sharyse Amaral
Arquivo Judiciário de Sergipe

RESUMO

O objetivo desta fala é apresentar à comunidade acadêmica um valioso e inédito documento para a História de Aracaju e de Sergipe. Trata-se da *Carta Corográfica para a divisão das Comarcas, Termos e Municípios da província de Sergipe Del Rey, organizada pelas informações e exames de varias cartas, as mais exactas que existem até hoje, pelo Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, João Bloem*, um mapa confeccionado em 1844, que contém importantes informações para se pensar o desenvolvimento da província de Sergipe dez anos antes da transferência da Capital de São Cristovão para Aracaju. Com base neste documento vou argumentar que tal

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo do Judiciário: "A Cidade de Aracaju"
ISSN 0000-0000
transferência estava nos planos do Governo Imperial desde muito antes a vinda de
Ignácio Barbosa para ser presidente de província.

PALAVRAS-CHAVE: Sergipe – Mapa de Bloem – Transferência da Capital

ARACAJU NO GOVERNO DE ERONIDES DE CARVALHO

Silvânia Santana Costa

silvaniasanc@yahoo.com.br

Membro dos Grupos de Pesquisa em História da Educação do NPED/UFS, GEPISTAE/UNIT e Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade (UNIT).

RESUMO

Eronides de Carvalho, durante o período em que esteve à frente da administração do Estado de Sergipe (1935-1941) realizou diversas reformas com o intuito de ordenar o espaço urbano de Aracaju. Ao assumir as rédeas da administração estadual buscou auxílio do diretor do Departamento Nacional de Saúde para realizar um programa de reforma da Saúde Pública. As mudanças na arquitetura dos prédios públicos fizeram-se presente. Na capital sergipana também foram construídos e aparelhados vários hospitais, implantados serviços de esgotos e fossas, água encanada e tratada, embelezada ruas, praças, avenidas, construídos diversos prédios. O objetivo do trabalho foi analisar a influência das políticas desenvolvidas no governo de Eronides de Carvalho na capital sergipana como forma de sanar os males da cidade. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a documental. Utilizou como fontes os jornais, os discursos governamentais, as mensagens, relatórios e obras teóricas.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano – Aracaju - Eronides de Carvalho.

A GEOGRAFIA EM ARACAJU

M Sc. Vera Maria dos Santos

Universidade Federal de Sergipe

veramstos@oi.com.br

RESUMO

O artigo em pauta é fruto da dissertação de mestrado que tratou da Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao XX. Sob o viés da Nova História Cultural, o texto que apresento é na verdade, uma primeira tentativa de sistematização dos trabalhos que fizeram referência à cidade de Aracaju. O marco temporal desta pesquisa foi delimitado a partir de 1882, até 2004. A pesquisa foi realizada no Dicionário Bio-bliográfico de Armindo Guaraná (1925), Catálogo das monografias do

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo do Judiciário: "A Cidade de Aracaju"
ISSN 0000-0000

curso de Bacharelado em Geografia (1996), visitei as secretarias do Departamento e do Núcleo de pós-graduação em Geografia, os acervos públicos e os particulares. Foram encontradas cinquenta e nove publicações que fizeram referência a nossa cidade e que circularam sob diversas formas. Essas publicações foram agrupadas, a partir das temáticas apresentadas. Essa reflexão, portanto, não esgota as possibilidades de outros olhares sobre os trabalhos que se referiram à Geografia aracajuana.

PALAVRAS-CHAVE: Aracaju – Geografia - Trabalhos

MODERNIDADE E MORADIA NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE ARACAJU (1855-1930)

MSc. Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

wrolim@hotmail.com

Universidade Tiradentes/UNIT

Secretaria de Estado da Educação/SEED

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o desenvolvimento das moradias, na cidade de Aracaju, entre os anos de 1855 e 1930, a partir do estudo dos expedientes legais (Posturas) que se dedicaram a ordenar as práticas de seus usuários. Assim, apresentaremos Aracaju dentro da dinâmica de ordenação espacial centro-periferia em que distinguiremos o morar e praticar o centro, e, o morar e praticar a periferia. Cruzaremos os instrumentos legais com notas da imprensa sobre moradia, tributação de décimas urbanas e com processos de disputa de terra para podermos identificar as contradições e permanências na construção ideal da cidade e algumas táticas desenvolvidas pelos consumidores desses espaços. Para esse fim utilizaremos a análise de conteúdo como metodologia, fundamentando seus resultados no conceito de uso desenvolvido por Michel de Certeau (1994).

PALAVRAS –CHAVE: Moradia - Legislação Urbana - Desenvolvimento Urbano

TEXTOS COMPLETOS - CONFERÊNCIAS

A CIDADE NO ARQUIVO: O ACERVO DO PODER JUDICIÁRIO COMO FONTE PARA OS ESTUDOS DA HISTÓRIA DE ARACAJU

Jorge Carvalho do Nascimento¹

Ítalo Calvino nos ensina que “de uma cidade, nós não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas” (Calvino, 1990: 44). É exatamente o de buscar responder perguntas necessárias ao esclarecimento da história da cidade de Aracaju um dos papéis de maior importância do Arquivo Judiciário. Interessa colocar à disposição dos pesquisadores e de outros estudiosos os meios necessários à produção de conhecimento a respeito do processo de urbanização da capital do Estado, as suas formas, a sua intensidade e as suas peculiaridades.

São muitas as versões contidas nos autos judiciais. De acordo com o entendimento de Sílvia Maria Fávero Arend (2001: 19), “é na análise de cada versão, no contexto de cada processo, e na observação de repetições das relações entre as versões em diversos processos, que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, se produzem nessas versões ou leituras”.

O que podemos perceber do processo de urbanização da cidade de Aracaju nos autos judiciais é, na verdade, o cotidiano dos indivíduos, modelados mediante fortes esquemas de coação, para que formados sob os parâmetros sociais vigentes, possam cumprir seu papel de ser social. Muitos desses processos são documentos raros, danificados, de difícil leitura. Para entendê-los é necessário captar o universo de utensilagens mentais neles contido, adentrar na vida cotidiana dos seus agentes e compreender seus contornos e enfrentamentos, que vão deixando rastros, com suas especificidades registradas nos autos, a exemplo dos bens arrolados nos inventários, nas prestações de contas e falências, do material vendido nas casas comerciais. O que

¹ Doutor em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Professor Adjunto do Departamento de História e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Coordena o Grupo de Pesquisa em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições educacionais e Práticas Escolares.

pensava a sociedade está descrito nos processos. A participação social de brancos, negros escravos ou libertos, mulheres e índios pode ser encontrada nos autos e também a faixa etária, cor, estado civil, profissão, naturalidade e residência das pessoas.

Em comunicação que apresentou durante a IV Semana de Educação organizada pela Universidade Federal de Sergipe, em 2002, Eugênia Andrade Vieira da Silva afirma que "as assinaturas podem dizer do grau de facilidade do indivíduo para assinar e assim sua familiaridade com a escrita, o que dá uma noção dos níveis de escolarização e da capacidade de escrever. O perfil dos intelectuais pode ser captado através das suas bibliotecas particulares. Arroladas nos inventários, nelas aparecem os títulos e/ou autores que identificam políticos, médicos, advogados, religiosos, funcionários públicos e homens de negócio quanto ao seu gosto literário e sua vinculação com a área profissional. Na partilha está o modo de circulação dos mesmos livros, herdados por parentes, arrematados em leilão ou repassados aos credores como forma de pagamento".

Também é possível fazer a identificação dos livreiros aracajuanos, através dos inventários nos quais são relacionados os livros por título e/ou autor, preço e quantidade. A história da fundação de empresas e associações está presente nas ações de despejo, falência, cobrança de dívidas. Os funcionários públicos buscando seus direitos nas equiparações, nomeações, perseguição política, concursos, práticas profissionais, tudo pode ser visto através dos mandados de segurança, recursos e apelações. A cultura também se expressa sob a forma de jogos, brincadeiras em praça pública e resistência à disciplina. Tudo isto se expressa nas denúncias, nos processos de agressões físicas e/ou verbais e nos inquéritos policiais.

O ambiente dos institutos profissionalizantes emerge nos inquéritos policiais ou administrativos. Estes retratam prédios, equipamentos, currículos e a vida de funcionários e alunos. O discurso sobre o resgate social da criança, do adolescente e da marginalidade está presente nos autos e demais documentos do Juizado da Infância e da Adolescência.

Todos os sinais que contribuam à compreensão da vida em Aracaju são importantes. Esta iniciativa parte da necessidade fundamental de apanhá-los. Referentes ao período de 1855 (ano de fundação da cidade) ao ano de 1900 existem 203 caixas de documentos à disposição dos pesquisadores e outros estudiosos: cartas testemunháveis, agravos cíveis, apelações cíveis, recursos cíveis, apelações criminais, denúncias-crime, diversas ações penais, habeas-corpus, inquéritos policiais, processos de defloramento, tentativas de homicídio, ofensas verbais e físicas, crimes de responsabilidade, roubos, recursos criminais diversos, sumários de culpa, ações de depósito, ações de despejo,

ações ordinárias, ações possessórias, ações sumárias, agravos cíveis, alvarás, autos de vistoria, desquites e divórcios, embargos, fianças, execuções cíveis, inventários, libelos cíveis, livros de carga, livros de protocolo de audiências, livros de registro de testamentos, retificações de protestos, testamentos, declarações de falência, petições diversas, ações de indenização, notificações cíveis, ações de prestação de contas, ações de seqüestro, ações de tutela, escrituras, hastas públicas, cartas precatórias, protestos marítimos, recursos eleitorais, mandados de segurança, petições de graça, queixas crime, recursos de graça, conflitos de jurisdição, processos sobre escravos, ofícios diversos, decretos, provisões, requerimentos, livros de atos e portarias, livros de correspondência do Tribunal, livros de ponto, livros de atas das sessões do Tribunal, livros de matrícula de juizes, livros de termos de compromisso e livros de registro de acórdãos.

O acervo existente no Arquivo do Poder Judiciário de Estado de Sergipe possibilita compreender o conjunto de relações sociais estabelecidas no espaço urbano da cidade de Aracaju, a partir das suas primeiras manifestações na metade dos anos 50 do século XIX, quando a capital dos sergipanos foi fundada por Inácio Barbosa para ser a capital da Província até adquirir a sua condição atual de metrópole conturbada. Um espaço seletivo, no qual as diferentes áreas, cada um dos bairros possui equipamentos urbanos distintos, algumas regiões guardando práticas que nem sempre são condizentes com os hábitos sociais mais contemporâneos. Cada¹ espaço com características próprias ao processo da sua expansão, com múltiplas variações de uso urbano nas relações entre as pessoas e o espaço gerando conflitos frequentes.

As lutas pelo domínio do uso do solo da cidade são parte desses conflitos, importantes no processo de formação da estrutura urbana e na visão incorporada pelos indivíduos que assumem o poder, criando e recriando o espaço urbano. No Arquivo Judiciário existem registros que dão conta dos conflitos e da luta pela terra que se estabeleceu em Aracaju após a fundação da nova capital pelo presidente Inácio Barbosa, no início do ano de 1855.

OS PROCESSOS

O primeiro processo é uma Apelação Cível julgada em 1891 pelo Tribunal de Relação. O apelante, Luiz Francisco das Chagas, havia proposto, em 30 de julho de 1887, no Juízo Municipal de Aracaju, uma Ação Ordinária contra o Capitão José Plácido da Silveira Rocha. Este último foi acusado de turbar a posse de terrenos pertencentes ao

autor da causa. Luiz Francisco das Chagas era possuidor dos terrenos denominados Olaria da Barra do Aracaju, nos quais o presidente da Província, Inácio Barbosa mandou erguer a nova capital. A peça inicial afirma que o Capitão José Plácido, morador em Socorro, havia turbado, em Aracaju, a posse de terras pertencentes a Luis Francisco das Chagas, chegando a vender alguns terrenos (fls. 03). Os terrenos de Luis Francisco das Chagas foram adquiridos através da regulamentação da posse requerida ao presidente da Província, em 1854, e também através de herança. Os processos existentes no Arquivo Judiciário, a partir deste primeiro, permitem compreender o problema da propriedade da terra na nova capital da Província de Sergipe.

De fato, Luis Francisco das Chagas, o Luizinho, era o maior proprietário de terras do arraial Olaria, lugar definido por Inácio Barbosa para erguer os primeiros edifícios da nova capital. Sim, as terras da cidade tinham dono. A maior parte dos habitantes da nova cidade era constituída por foreiros de Luis Francisco das Chagas. E por mais de cem anos o dono, seus sucessores e herdeiros continuaram reclamando indenizações contra particulares, contra o governo da Província, contra a Intendência Municipal, contra a Prefeitura de Aracaju, pois muitos deles se consideravam esbulhados. O sítio Olaria, no qual residia o grande proprietário de terras da praia do Aracaju, se estendia desde a região na qual atualmente está situado o centro da capital do Estado de Sergipe até o riacho Tramandaí, onde atualmente está a avenida Francisco Porto. Nas terras do abastado proprietário, o grande negócio era a produção de coco. Vizinho ao sítio no qual residia Luiz Chagas, onde atualmente estão as avenidas Rio Branco e Ivo do Prado, existia o sítio Aurora, também de sua propriedade, que emprestou o nome com o qual foi batizada a antiga Rua da Frente, a Rua da Aurora. Antes que a Rua da Frente fosse aberta o lugar era conhecido como Costa do Cessa Farinha. Num outro sítio, do qual Luizinho também era dono, localizado na área onde atualmente está a rua de Estância, nas proximidades da rua Itabaiana, vivia José Albino de Moura. Na região em que foi construído o edifício da Escola Normal, no início do século XX (atual Centro de Turismo), havia um outro sítio no qual residia Gustavo Próspero Travassos, propriedade do mesmo Luiz Chagas. Além disso, ele era dono de um quinto sítio na região chamada Padre Soares, que fazia limite com a Jabotiana e com as terras de Carlos Cruz.

Segundo o historiador Sebrão Sobrinho, no seu livro *Laudas da História do Aracaju* (1955), “não foi uma vez só que a Administração quis avançar nas terras de seu Luizinho, mas o praiano era inteligente, não se deixava embrulhar e protestava em tempo, fazendo valer seus direitos, fazendo respeitar sua propriedade” (p. 284). Ele

contestou, através de artigo publicado na edição do dia 22 de setembro de 1864, do jornal *Correio Sergipense*, a hasta publicada anunciada pela Tesouraria Provincial, através da qual o Governo pretendia vender dezenove terrenos. Luiz Chagas afirmou que “a Tesouraria Provincial, havendo posto à venda os terrenos que, outrora, pertenceram a José Gomes Ribeiro, causou-lhe espécie ver também anunciadas 25 braças na rua denominada Estância, porque sendo essa rua, conforme a planta da Capital, aberta nos terrenos do anunciante, pertencendo (...), o lado do sul, ao dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, por venda que ele, Luizinho, lhe fizera para a Companhia de Refinação, ainda lhe pertence o lado do norte, visto como a casa construída na rua da Aurora, propriedade do referido dr. Leandro, que faz quina da citada rua Estância, estava encravada, parte dela, e quase todo seu quintal, em terras dele, Luizinho” (Sebrão Sobrinho, 1955: 285).

Casado com Maria Custódia dos Anjos, o dono da maior parte das terras do Aracaju era analfabeto e, normalmente, tinha os seus interesses representados por três pessoas: o coronel Antônio Alves Gouveia Lima, seu advogado; Alexandre Eusébio Fagundes Borges, seu genro; e Bertolina Maria das Chagas, sua filha. Esta última assinava todos os papéis em seu nome. O coronel Antônio Alves Gouveia Lima, além de advogado, era amigo pessoal, coronel da Guarda Nacional e comandante de infantaria, por nomeação do Imperador Pedro II.

A questão das terras nas quais foi edificada a cidade de Aracaju ocupou o Poder Judiciário até o final do século XX. Segundo o historiador Sebrão Sobrinho, em 1590, depois de conquistar o território de Sergipe, Cristóvão de Barros entregou metade das suas terras, desde Aracaju até as margens do rio São Francisco ao seu filho Antônio Cardoso de Barros (Sebrão Sobrinho, 1955: 20). Considerando exagerada a extensão territorial, a Coroa teria reduzido o domínio deste último à metade que corresponderia a faixa compreendida entre os rios São Francisco e Japarutuba. Assim, as terras situadas entre Aracaju e a margem direita do rio Japarutuba ficaram devolutas à espera de sesmeiros que as requeressem. A primeira sesmaria conhecida é a de Pero Gonçalves, com 1.000 braças de comprimento por 700 de largura, no cabo do rio Cotinguiba. Pedro Homem da Costa recebeu três léguas de comprimento por uma de largura, entre o rio Cotinguiba e o Poxim. Em 1736 essas terras foram transferidas para Manuel Martins Chaves, pai de Chica Chaves, proprietária do Engenho Aracaju da Cotinguiba, o Engenho Velho que posteriormente seria transferido ao padre José Bernardino da Silva Botelho e ao padre Antonio Chaves (Sebrão Sobrinho, 1955: 67). O Engenho Velho

pertenceu depois a professora Mariana Braga, que manteve uma escola nas proximidades da atual ladeira do bairro Santo Antônio.

A criação do encapelado de Santo Antônio do Aracaju data de outubro de 1778, quando o padre Luís de Brito Soares recebeu a sua administração. Ali se estabeleceu o povoado de Santo Antônio. O povoado é algo distinto da cidade que Inácio Barbosa fundaria em 1855. Só posteriormente foi incorporado à malha urbana da nova capital.

Contudo, é pouco crível a tese sustentada por boa parte da historiografia sergipana, que considera o espaço no qual a cidade de Aracaju foi erguida uma praia inóspita, esquecida. A nova cidade foi construída a partir do sítio Olaria. Eram duas Ollarias: a Olaria do Aracaju e a Olaria de Cima. A primeira, a Olaria do Aracaju ou Porto dos Ferreiros, tinha sua sede na área central da cidade erguida por Inácio Barbosa, nas proximidades da atual rua Estância. A segunda, na povoação do Santo Antônio do Aracaju, pertencia a Cristóvão de Mendonça, descendente dos Furtado de Mendonça, e foi extinta em 1855. Em toda a região que circundava a Olaria do Aracaju existiam engenhos, sítios, lavouras, criatórios, salinas, casas de telha, casa de palha e escolas. Dentre os principais sítios e núcleos de moradores vale citar Gitimana, Saco, Porto, Pedras, Pau Grande, Bugiu, Melo, Manteiga, Vilanova, Miramar, Boca do Rio, Barreta, Borburema, Aroeiras, Chica Chaves, Tramandaí, Lusía, Guageru e Mané Preto. Nessas terras se produzia mandioca, cana, arroz, milho, feijão, sal e coco. Existiam ollarias, como já visto, além de fábricas de cal e oficinas de ferreiros. Em 1855, mesmo antes da mudança da capital, em Aracaju já funcionava uma agência dos correios (Sebrão Sobrinho, 1955: 85).

Na região viviam também importantes personalidades da vida política e econômica de Sergipe, como as famílias Furtado de Mendonça, Rollemberg e Chaves (Sebrão Sobrinho, 1955: 69). No século XIX, era significativo o número de proprietários ricos que viviam na região da Olaria do Aracaju, como André Cardoso Negrão, um agricultor negro, nascido em 1784, casado com Maria Francisca, que morreu em julho de 1821. Outra personalidade importante na vida da Província era o pai putativo do comendador Antonio José da Silva Travassos e do padre Francisco José da Silva Travassos. Ele foi casado com Hipólita da Conceição, de quem ficou viúvo, e, ao morrer, em maio de 1832, deixou viúva Antonia Maria da Porciúncula (Sebrão Sobrinho, 1955: 70).

A partir de 1850, depois da vigência da lei que transformou a terra em objeto de comércio, os sesmeiros começaram a regularizar a situação dos terrenos que estavam sob seu domínio. Do mesmo modo, cresceram os pedidos de aforamento das terras

localizadas nas áreas de praia. No caso da regularização das terras da região da Olaria de Aracaju, o ano de 1854 foi de muito grande movimentação. Em junho, duas pessoas requereram aforamentos ao presidente Inácio Barbosa: Manuel Fernandes da Silveira e Dionizio José Rodrigues. Em julho, foram oito os requerentes: Guilherme Pereira da Costa, Isabel Rosa de Macedo, Rufina Francisca de Araujo, Antonio Pedro Machado de Araújo, Cláudio José de Mendonça, Clemente Francisco do Vale, Tomás Martins Cordeiro e Luis Francisco das Chagas, o Luizinho, o maior proprietário de terras na região da Olaria do Aracaju. Em setembro, o capitão dos portos, José Moreira Guerra, requereu o aforamento de 50 braças de terra na praia de Aracaju, enquanto em outubro idêntico benefício foi requerido por Luís Francisco de Melo Cavalcante (Sebrão Sobrinho, 1955: 84).

A região do atual bairro Grageru era o sítio chamado Padre Soares, que havia também pertencido a Luís Francisco das Chagas, o Luizinho. Ao norte este controle pertencia a João Cabeça Mole. Os dois juntos eram proprietários da maior parte das terras da cidade.

Como o processo aqui apresentado, são muitas as fontes existentes no Arquivo Judiciário para estudar a história da cidade de Aracaju. O Arquivo reúne um rico acervo documental sobre a capital de Sergipe referente ao período de 1812 a 2004. Tais documentos são, para os pesquisadores, objetos de estudo, fontes e definidores de abordagens. Através deles é possível entender a cultura e o cotidiano da cidade, a organização e o funcionamento da vida pública e da vida privada, a construção do espaço urbano, os agentes públicos e privados, a imprensa, a propriedade e tantas outras dimensões da vida dos homens e mulheres de Aracaju. As fontes judiciais sobre o cotidiano da cidade de Aracaju são ricas e detalhadas, tanto no que diz respeito a questões de ordem jurídica quanto a informações que nos falam do cotidiano vivido pelos indivíduos, por suas famílias e pelas instituições. Para tanto é necessário ler nas entrelinhas, perceber o que está supostamente ocultado pela linguagem jurídica.

O crescimento da cidade

A população da nova capital cresceu rapidamente. Entre os anos de 1857 e 1859, já a partir do segundo ano de instalação da cidade fundada por Inácio Barbosa, Sergipe viveu uma grande crise de abastecimento que resultou em muitas mortes e no registro de saques a armazéns e outras casas comerciais. Em Aracaju, o custo de vida ficou bastante elevado.

Cidade-capital, recém fundada, aí começavam a concentrar-se funcionários e trabalhadores de construção que nenhuma relação tinham com a produção de bens alimentares. Eram consumidores pura e simples. Nela, os gêneros alimentícios se faziam raros também pelas dificuldades de comunicação com os centros produtores. Enquanto nos mercados de Maroim e Laranjeiras se comprava um arrátel de carne por \$160 réis, em Aracaju somente se conseguia peso igual por \$200, \$240 e \$280 réis. A terça de farinha de mandioca nas primeiras cidades custava 5\$000 a 6\$000, ao passo que em Aracaju o preço chegou ao incrível valor de 24\$000 e 28\$000 réis. Somente por 8\$000 ou 10\$000 réis se conseguia uma libra de açúcar refinado, enquanto em Maroim e em Laranjeiras, o produto estava por 5\$000 ou 6\$000 (Almeida, 1978: 25).

A construção da nova capital de Sergipe causou forte impacto na vida de toda a Província, inclusive no que diz respeito a produção de alimentos. A partir de 1855, de modo crescente, muitos trabalhadores rurais se afastaram dos seus serviços no campo, dedicando-se a atividade de trabalhador urbano da construção civil, empenhando-se nas obras dos prédios públicos e nas residências dos funcionários que migraram para Aracaju. A principal atração era o salário que se oferecia a esses operários, à época considerado exorbitante em face do que eles ganhavam como trabalhadores rurais. Somente no ano de 1855, quando as obras foram iniciadas, Aracaju recebeu mais de 200 homens, procedentes dos municípios de Itabaianinha, Campos, Lagarto, Simão Dias e Itabaiana (Almeida, 1978: 33).

As condições ambientais são também determinantes do comportamento humano no espaço da cidade. A existência de rios, as áreas litorâneas, os espaços de preservação florestal, a implantação de rodovias, condições de saneamento, distribuição de energia elétrica são elementos considerados nos conflitos que têm o domínio do espaço urbano como foco.

Essa diferenciação urbana forma guetos, com muitas áreas deprimidas pela pobreza. Mas estabelece ainda um outro tipo de gueto. O daqueles espaços destinados a pessoas de renda mais alta, os condomínios fechados. Nesse processo desigual, o Estado tem buscado regular o uso do espaço, através de um ordenamento legislativo no qual esses conflitos ganham força de modo especial. Esse tipo de ação integra-se a todo um contexto que produz necessidades educacionais, sanitárias, de abastecimento, de lazer, de transporte, de administração da justiça, de controle social – elementos indispensáveis à manutenção da ordem vigente. Tudo enfim que se pode entender por urbanização. A aceleração do ritmo da vida social urbana é parte visível desse processo que se confunde com o da vida das pessoas na cidade.

A cidade que Inácio Barbosa fundou, cresceu. E com ela os horizontes e utensilagens mentais dos seus habitantes. As pessoas, os fatos, as instituições os lugares,

enfim, a criação humana na cidade, nos mostram que o espaço urbano é o espaço dos olhares. Tudo está contido num emaranhado de ruas, praças, igrejas, edifícios, a movimentação das pessoas, um mundo de muitas tarefas. Tarefas assumidas anonimamente por todos e por cada um no contexto dos objetos, das cores, das luzes e das formas da cidade. Espaço que se antagoniza ao do campo, ao da vida rural, de ritmo lento e modorrento. Visão na qual estão calcadas as construções interpretativas da cidade feitas por memorialistas, poetas, romancistas, sociólogos, urbanistas, economistas, historiadores e também pelas decisões das autoridades judiciárias.

Os viajantes foram os primeiros grandes apaixonados pelas cidades, pela tentativa de compreendê-las. Eles deixaram longas descrições. Trataram dos lugares, dos bairros, das transformações, do traçado urbano, das edificações e da paisagem humana. Mesmo quando as impressões que lhes ficaram não foram muito agradáveis, trataram das más impressões, das hostilidades ambientais, da irregularidade do traçado urbano.

O médico alemão Robert Avé-Allemant foi o primeiro viajante estrangeiro a registrar a sua passagem pela nova capital dos sergipanos. Na sua *Viagem ao Norte do Brasil* ele relata a "Excursão à Província de Sergipe. Viajando para Aracaju no Rio Cotinguiba" (Avé-Allemant, 1961). Ele chegou à cidade no dia 13 de maio de 1859, apenas quatro anos após a transferência da capital para cá. Inicialmente, descreveu as dificuldades de acesso à Barra da Cotinguiba, porta marítima de acesso à cidade: "O rio apresenta duas barras; uma ao norte, leva diretamente les-oeste ao porto, mas é absolutamente intransponível, embora à primeira vista pareça a entrada natural. Tem-se que procurar o canal ao sul, por entre a rebentação, depois para noroeste em direção à terra, por onde se chega subitamente a uma lagoa estreita, separada do mar a leste só por um grande banco de areia. Ruma-se, então, ao norte e um pouco a oeste e entra-se no rio largo, em cuja margem direita se ergue a nova capital da Província de Sergipe, principiada há quatro anos, a cidade de Aracaju" (Avé-Allemant, 1961). Na sua opinião, era agradável o aspecto da nova cidade. Tudo bonito e novo, embora provisório. Espantou-se com a exigüidade dos espaços nos edifícios públicos da capital, apesar da boa aparência deles: a residência do Presidente, a Câmara Provincial dos Deputados, o quartel, a igreja e a loja maçônica. Da mesma maneira, manifestou admiração pelo frenesi de novas construções e pelo movimento do porto – o edifício da Alfândega e cerca de 20 navios a vela ancorados, a maior parte de bandeira européia. Também o rebocador, poderoso auxiliar para a transposição da barra. Comparou a cidade com Penedo, em Alagoas, de onde estava chegando, impressionando-se mais

com Aracaju. Os alicerces do novo Palácio Presidencial em construção impressionaram o nosso visitante pela sua vastidão, chegando ao detalhe de descrever o tipo de pedra calcária utilizada nas fundações – uma laje branca laminada também usada no revestimento das calçadas. Mas, reclamou da falta de uma boa água potável na cidade: “a que se tem para beber é ruim, amarela cor de ouro” (Avé-Allemant, 1961). À água atribuiu as febres intermitentes que o acometeram em Aracaju.

O viajante mostrou as distorções sociais presentes no processo de urbanização da nova capital e revelou toda a carga de preconceitos próprios da sua época, ao descrever a periferia da cidade: “Permitiram a gente das classes baixas, fixadas aos poucos em Aracaju, construírem habitações ao seu modo e conforme os modelos que já tinham, sob os altos coqueiros. Vê-se assim, por trás e junto à parte bonita da cidade de Aracaju, uma horrível aglomeração de casas cinzentas, de barro, com telhados de palha de coqueiro, ranchos primitivos, como se justifica no sertão, mas que não deviam nunca ser permitidos numa nova capital provincial recém-fundada” (Avé-Allemant, 1961).

Apesar das suas restrições ao padrão de moradia, Avé-Allemant se encantou com a beleza dos moradores, que considerou belas figuras de homens e mulheres: “O Sr. Urpia chamou a minha atenção para uma bela figura de rapariga tapuia, muito conhecida pela sua beleza. De pé na porta da sua cabana, penteava os cabelos; na atitude dum verdadeiro modelo de Ticiano, as espáduas roliças cobertas por uma nívea camisa” (Avé-Allemant, 1961). Revelou que a nova cidade era uma espécie de central de empregos da administração pública dada a ausência de qualquer outra atividade produtiva em Aracaju. Para, finalmente, reclamar da completa ausência de vida cultural: “Não vi sinal de concertos, dum teatro, cassino etc. O povo reunia-se em pequenos grupos diante da casa do Presidente, quando tocava a pequena banda de música do batalhão lá aquartelado” (Avé-Allemant, 1961).

De tudo isso é feita a cidade. Das relações entre as pessoas, das medidas dos seus espaços, das relações entre as pessoas e esses espaços. Das relações entre as pessoas, os espaços e os acontecimentos do passado e do presente. “A cidade se embebe dessa onda que reflui das recordações e se dilata” (Calvino, 1990: 14).

Os que pensam Aracaju necessitam conhece-la. Traçar o seu perfil é fundamental para planejá-la, orientar o seu crescimento, buscar fazer com que o aparelho de Estado intervenha no sentido de aperfeiçoar a qualidade de vida daqueles que têm em Aracaju o espaço no qual se realizam como pessoas, exercem a cidadania e buscam faze-lo cada vez de um modo mais adequado. Porém, o seu conhecimento não pode ser homogêneo, porque homogênea não é a vida nos seus espaços. Os seus sujeitos

históricos vivem tantas diferenciações quantas são as suas identidades. São comuns os estranhamentos como são recorrentes os encontros. A expansão territorial é desigual, da mesma maneira que as construções são variadas desde os primórdios da vida da cidade. Os bairros são aglomerados que marcam bem essas diferenças. Os novos bairros de vida burguesa têm padrões de moradia com maior refinamento, uma maior quantidade de equipamentos urbanos à disposição dos seus moradores, ruas arborizadas, com boa iluminação, as hostilidades da natureza sob controle e postas à disposição do bem estar dos cidadãos, para o deleite geral. Tudo se contrapondo aos bairros de determinadas áreas que crescem sem o prévio ordenamento urbano, nos quais a pressão popular demanda por serviços básicos como saneamento, regularização de ruas, energia elétrica, transporte coletivo.

Os registros de crescimento da cidade, a instalação de espaços de lazer como cafés, confeitarias, bares, fazem sempre referências às áreas centrais ou aos bairros privilegiados, espaços de moradia da elite. Nos bairros populares, quando muito, indústrias que, sob o pretexto de estarem criando novos empregos, muitas vezes degradam as condições de vida e destroem o meio ambiente. Adquirir a condição de metrópole implica em impor um pesado ônus aos habitantes dos bairros mais pobres da cidade. Daí resultar inadequado buscar conhecê-la de modo homogêneo. A metrópole está já muito distante do pequeno burgo fundado por Inácio Barbosa em 1855, com sua incessante luta contra as intempéries naturais. Todavia, as diferenciações persistem. Variam valores e costumes, a formação cultural. O cotidiano ambiental do cidadão comum é diverso, como os processos de formação da identidade cultural em cada área da cidade também se distinguem. São distintos a memória, os hábitos, a interação com o espaço geográfico. São diferentes os caminhos que levam ao passado de Aracaju, mas em todos eles a alteridade das pessoas sofre uma forte influência da cidade no seu processo de construção, a partir dos diferentes modos de enfrentamento dos desafios na luta pela vida. A história de vida das pessoas está entrelaçada à história do espaço que elas ocupam na cidade. Entrelaçamento que diferencia um grupo de pessoas que tem seu cotidiano no bairro 18 do Forte, de um outro grupo do Siqueira Campos, São Conrado, Santa Maria (Terra Dura), Industrial, Cirurgia, Ponto Novo, Coroa do Meio ou Atalaia. As recordações dão conta da existência de duas cidades: a dos ricos e a dos pobres. A destes últimos, em tudo distinta da outra. Da paisagem ambiental à humana, dos utensílios domésticos aos costumes e aos ritos de passagem próprios da vida de homens e mulheres.

Afinal, todo o processo de luta pela ocupação do espaço urbano, além de guerra social, é também um processo de conflito com a natureza. Processo no qual o imaginário das pessoas atribui uma valoração negativa àquelas áreas que não foram ainda transformadas, domadas pela urbanização, valorando-se positivamente as áreas transformadas pela habilidade humana. Espaço no qual o homem implanta a sua casa, onde se sente seguro. O homem da cidade segue tentando dar uma aparência pasteurizada ao processo de conflitos próprios da luta pela ocupação do solo urbano, pelo seu ordenamento racional, pela busca da civilidade, das boas maneiras, do conforto e da sofisticação. Sofisticação que se contrasta com subprodutos desse processo civilizador, como a poluição, a super população. Problemas que o homem busca compensar embelezando praças, projetando as novas intervenções e vivendo as indesejadas contradições que fazem crescer a pobreza ao mesmo tempo em que se acentua a acumulação da riqueza; o mesmo processo que permite ao homem desfrutar os prazeres do anonimato, pagando o preço da solidão e desfazendo-se da solidariedade supostamente presente nas pequenas comunidades. Desfazimento imposto pelo espírito de concorrência que domina os grandes aglomerados humanos. Representações que precisam ser superadas para que se incorpore o entendimento real da cidade de Aracaju, do seu processo de desenvolvimento urbano e das regularidades próprias às condições de vida dos seus habitantes.

A necessidade de explicar as distintas mentalidades que orientaram e as que orientam o processo de desenvolvimento urbano em Aracaju, as utensilagens presentes na visão de mundo dos seus agentes, as suas diferenciações, estão presentes no ponto de partida desta iniciativa. É fundamental produzir explicações, traduzi-las racionalmente para desvendar os mistérios próprios ao monstro urbano. Existem já muitas avaliações produzidas por filósofos, engenheiros, médicos sanitaristas, historiadores, sociólogos, urbanistas e operadores do direito, preocupados todos com a vida urbana. O material existente na cidade para que ela seja compreendida é múltiplo e variado. Tanto o saber acadêmico quanto aquele produzido pelos governantes podem dar importantes contribuições, ao lado de estudos descomprometidos com os rigores de ambas as produções, como os presentes nos processos judiciais, e os trabalhos produzidos sob a ótica de interesses dos empreendimentos privados, podem dar contribuições fundamentais. As formas de representação da cidade devem ser buscadas nas propostas de políticas urbanas de intervenção, nas análises acadêmicas, nos projetos empresariais, na memória dos viajantes, no discurso obtido a partir do imaginário popular, nos autos existentes no Arquivo Judiciário. Todos dão excelentes elementos à produção de um

suporte teórico que oriente a construção do conhecimento sobre a cidade, que é propósito desta iniciativa. Todos são saberes que se constituíram, produziram imagens, formaram representações e conceitos. Eles nos ajudam a compreender a vida nos seus distintos recortes. A história de Aracaju pode representar muito.

É fundamental compreender os processos vividos pelo presidente Inácio Barbosa, por aqueles que dividiam com ele a responsabilidade de governar a Província, por aqueles que sofreram no seu cotidiano as ações do governo, pelos que gravitavam em torno dos múltiplos interesses próprios da produção açucareira da metade do século XIX. A instalação da nova capital de Sergipe foi um empreendimento arrojado, um investimento vultoso para as condições da época e pensado em seus múltiplos detalhes, a ponto de até um rebocador ser providenciado pelo governo provincial para facilitar o acesso dos navios à Barra da Cotinguiba. O processo de refinamento das relações entre as pessoas, das condições de vida e dos ritos do poder impostos ao espaço da nova capital, como a passagem por aqui do Imperador Pedro II, em 1860, têm muito a nos dizer. As dificuldades ambientais encontradas no processo de urbanização e que repercutem até os dias atuais no cotidiano dos aracajuanos, como os pântanos, riachos e canais; os alagamentos freqüentes nos períodos de inverno; a necessidade de canalização de vários cursos d'água; os grandes investimentos realizados na cidade em diferentes períodos dos séculos XIX e XX; os processos de expansão da cidade em direção à zona norte, a exemplo da construção da estrada do Santo Antônio; o projeto do engenheiro Pirro que regulamentava as posturas urbanas e proibia, no âmbito da cidade que traçou, as construções de casas de palha, afastando os pobres do centro de Aracaju; o estímulo a fixação dos funcionários públicos na capital, durante a segunda metade do século XIX, com o adiantamento de um ano de salários; a decadência econômica de Laranjeiras, Maruim e São Cristóvão, que se segue à mudança da capital da Província para cá; as epidemias do cólera e as "febres do Aracaju", que constituíram o grande problema sanitário do século XIX; a construção e o desaparecimento de grandes monumentos arquitetônicos da cidade; o "boom" econômico, social e cultural de Aracaju, na segunda metade do século XIX e ao longo de todo o século XX; a destruição dos manguezais e áreas de preservação permanente que acompanhou o processo de desenvolvimento urbano.

Desvendar a vida urbana é descobrir saberes, revelar olhares, conceitos, invenções, cenas do cotidiano, práticas sociais e políticas. A Resolução Provincial nº 458, da Câmara Municipal, datada de três de setembro de 1856, além de proibir as

palhoças no quadrilátero do engenheiro Basílio Pirro também regulava outros costumes: obrigava a construção de passeios lajeados; proibia o barulho e a queima de fogos de artifício; regulava os modos de vestir nas ruas e nas praias. E assim a trama urbana continuou se complexificando com bondes de burro, casas de beirais, dunas de areia, tipos populares, a Colina do Santo Antônio, os autos populares com Caboclinhos e Lambe-Sujos, as feiras, as viagens em barcos a vela e a vapor, a cadeia pública, as redes de arrasto no rio, as festas natalinas, as regatas, o futebol jogado com bolas de pano, a feirinha em Chica Chaves, o Recreio Clube, as retretas, os médicos, os cemitérios, a antiga Escola Normal, o Cine Teatro Rio Branco, os balões, os busca-pés, o coco, as novenas, vultos que passaram e vultos que ficaram. Tudo é a cidade. Um mundo a descobrir.

Considerações finais

É necessário mapear os indícios que levam à compreensão da cidade, percorrer a bibliografia e toda a produção acadêmica sobre Aracaju. Fazer um recorte histórico, fazer a leitura crítica dos textos produzidos sobre Aracaju, tentando encontrar os elementos que lhes dão unidade, posto que a cidade tem sido objeto de estudo de geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos e de operadores do direito. A unidade central destes textos, sob a perspectiva desta iniciativa, está dada pela cultura. Este é o elemento cimentador dos diversos estudos e textos que podem ser encontrados sobre Aracaju, bem como das demais fontes às quais se possa recorrer. Os estudos sobre a cidade devem dialogar com todas as fontes possíveis – arquitetos, urbanistas, sociólogos, economistas, antropólogos, historiadores e autoridades do Poder Judiciário. O foco da cultura permite que se tenha uma completa perspectiva das condições sob as quais vive a população, os pobres, os ricos e as camadas intermediárias da capital de Sergipe. Entender o espírito das multidões que ocupam as ruas, os logradouros públicos, trabalhando, reivindicando e se divertindo. Buscar os bairros considerados de elite e aqueles vistos como de condições urbanas mais precárias e que se movem social e espacialmente, *pari-passu* com a dinâmica da vida na cidade, ensejando preocupações com o meio ambiente e as preocupações contemporâneas em face das possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Foi o dinamismo da vida urbana que levou áreas tidas como periféricas à condição de culturalmente ativas. Dinâmica que fez com que surgissem e depois desaparecessem das ruas de Aracaju os guardas-noturnos; transformou as matas do Manoel Preto em bairro popular.

Buscando o acervo de documentos do Arquivo Geral do Judiciário, os pesquisadores poderão entender melhor o processo de formação de Aracaju e terão a oportunidade de mapear os processos vividos, tentando captar as regularidades e diferenciações que podem ser observadas a partir da vida na cidade. Em tal acervo é visível o acerto da decisão tomada pelo então presidente Inácio Barbosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. "Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 27, 1965-1978. p.15-39.

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001

AVÉ-ALLEMANT, Robert. "Excursão à Província de Sergipe. Viajando para Aracaju no Rio Cotinguiba. Maruim". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 26, Vol. XXI, 1961. pp. 92-99.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História do Aracaju*. Aracaju, Prefeitura de Aracaju, 1955.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. "O Arquivo Judiciário e a História da Educação em Sergipe". Comunicação apresentada à IV Semana de Educação e ao I Encontro Regional de Educação, organizados pela Universidade Federal de Sergipe, no período de 22 a 25 de julho de 2002. In: Anais da IV Semana de Educação e do I Encontro Regional de Educação. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SERGIPE E O POVOADO DE ST. ANTÔNIO DO ARACAJU NO MAPA DE BLOEM

Sharyse Piroupo do Amaral²

O objetivo desta comunicação é apresentar um documento inédito para a História de Sergipe, encontrado no Rio de Janeiro quando da pesquisa de doutorado sobre a escravidão na região da Cotinguiba (Sergipe); trata-se de um mapa confeccionado pelo Tenente Coronel Bloem, em 1844, antes, portanto, da transferência da capital da província de Sergipe de São Cristóvão para Aracaju. O documento se

² Doutora em História (UFBA,2007), Chefe da Divisão de Digitalização do Arquivo Judiciário.

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo do Judiciário: "A Cidade de Aracaju"
ISSN 0000-0000
intitula *Carta Corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da província de Sergipe D'El Rey, organizada pelas informações, exames e de várias cartas as mais exactas que existem até hoje – pelo Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, João Bloem, 1844.*³

A descoberta da fonte e seu autor

Diferentemente das outras fontes inéditas que pesquisei tal documento não trazia a surpresa da descoberta e sim a do encontro. Explico. Antes mesmo de encontrá-lo, eu sabia de sua existência, ou ao menos de que ele havia existido, mas que talvez tivesse se perdido ou mesmo sido destruído, como ocorre com inúmeros outros documentos.

Não é demais dizer que mapas confeccionados dentro da temporalidade estudada pelo historiador são instrumentos de suma importância para a compreensão de muitos documentos e, portanto, da história de uma época, pois guardam informações de nomes de lugares que sofreram mudanças ao longo dos anos, mostram de forma evidente quais as localizações que existiam no período, quais as regiões mais desenvolvidas e povoadas, dentre muitas outras informações que um mapa pode conter, a depender dos objetivos de seu autor.

Sabendo disso, me interessei por um mapa diferente deste, que ora apresento, e que estava contido em um relatório de 1881. Tal relatório intitulado *Ferro-vias: Preferência de Traçados para a ferro-via na Província de Sergipe*, foi escrito por Francisco Antonio Pimenta Bueno, em 1881, após visita que este fez a Sergipe com o intuito de desenvolver um plano para a introdução das ferrovias na região. Este relatório não era um documento inédito, já havia sido citado por Josué Modesto Subrinho, no seu livro *Reordenamento do Trabalho*, de onde soube da sua existência.

Me chamou a atenção neste relatório não só o mapa em si, feito pelo próprio autor do relatório, Pimenta Bueno, mas também o comentário que fez sobre a produção do documento. Dizia ele:

Para informar sobre as vias férreas concedidas, não basta a descrição dos reconhecimentos feitos nas respectivas zonas: é preciso também representar esses traçados para se ajuizar das posições relativas dos pontos de passagem.

A carta da província torna-se para isso indispensável; com esse fim procurei, quando estive em Sergipe, coligir documentos e obter informações.

³ João Bloem, *Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, organizada pelas informações, exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje.*”, 1844.

Na Corte, encontrei valioso subsídio, na repartição telegráfica, que foi-me fornecido com a melhor vontade; reunindo-o aos documentos e informações que trouxe, e às observações do reconhecimento que fiz, na maior parte da província, pareceu-me possível melhorar a carta organizada em 1846 pelo Tenente-Coronel Bloem, a melhor que possuímos e que entretanto é suscetível de muitas correções.⁴

Tal comentário atizou minha curiosidade de historiadora. Afinal a carta citada havia sido elaborada quase uma década antes da transferência da Capital. O comentário de Bueno mostrava ser tal carta bastante conhecida, seguramente feita a pedido do governo, a quem sempre interessou conhecer com detalhes todas as províncias de seu imenso Império, tanto que fora feita por uma autoridade, o engenheiro Tenente-Coronel João Bloem, pertencente ao Imperial Corpo de Engenheiros. Vale ainda ressaltar, que além da alta patente, Bloem era figura de destaque no Brasil Imperial.

Pouco tempo antes de vir à Sergipe, dirigiu durante dois mandatos consecutivos (de 1834 a 1842) a primeira fundição do Brasil: a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, esta havia sido fundada em 1811, no tempo da regência de D. João VI. Durante a sua administração enfrentou uma revolta dos escravos da fábrica e fabricou canhões para a revolta liberal de 1842, em São Paulo. Foi também o responsável por trazer colonos alemães e pela reforma da estrada que ligava Santos à São Paulo, que tornou-se uma estrada modelo na época, inclusive retratada por muitos viajantes. Em Sergipe, informa Thiago Maria Filho que foi dele o relatório técnico (de 1847) para a reforma da Torre do Convento de São Francisco, em São Cristóvão.⁵ Como vemos, o Tenente-Coronel Bloem não era qualquer um.

O Povoado de St Antônio do Aracaju e os engenhos de Sergipe no mapa de Bloem

No seu mapa, o Tenente-Coronel Bloem desenhou com riqueza de detalhes os rios, vilas, municípios, e aldeias de Sergipe.

Datado de 1844, nele consta São Cristóvão, então ainda capital, mas também o povoado de St. Antônio do Aracaju, sítio da nova Capital. Note-se que o mapa é de 1844 e não de 1846, como havia informado Pimenta Bueno. Portanto, mais de uma

⁴ Francisco Antônio Pimenta Bueno, Preferência de Traçados para Ferro-via na Província de Sergipe, 1881.

⁵ Sobre a revolta de escravos na fábrica ver Afonso Bandeira Florence, "Resistência escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842", *Afro-Ásia*, 18 (1996), pp. 7-32; já sobre a reforma da torre de São Cristóvão ver Thiago de Maria Filho, "Metamorfose no Convento São Francisco" in <http://iaracaju.infonet.com.br/osmario>, acessado em 12/03/2008.

década antes da transferência de São Cristóvão para Aracaju. Entretanto, qualquer observador atento perceberá que o povoado de Santo Antônio de Aracaju tem um certo destaque nesse mapa, apesar de ser apenas um povoado. Chama a atenção o desenho de dois canais projetados, o de Santa Maria e o canal que ligava o rio Pomonga ao Japarutuba. Uma vez construídos esses dois canais, o povoado de Aracaju tornar-se-ia o centro da província, ligando suas regiões mais produtivas, São Cristóvão, o Vale do Cotinguiba e o Vale do Japarutuba.

Por este mapa podemos visualizar o porquê do plano de Inácio Barbosa para a mudança da capital: a região da Cotinguiba já era a mais povoada da província, havendo um tal desenvolvimento que implicava na multiplicação de seus engenhos. Esta era feita muitas vezes a partir do desmembramento de parte das terras de um engenho primordial, originando nomes derivados como engenho Tábua de cima e de baixo, Várzea e Varzinhas, Brejo e Brejo Grande, Mato Grosso de Cima e Mato Grosso de Baixo, Canoa e Canoa Nova, etc.

Porém, a importância de João Bloem, tão nobre figura, mandado para Sergipe para a elaboração dessa carta corográfica, e os detalhes dos canais Santa Maria e Pomonga - já projetados uma década antes da mudança da capital - sugerem que esta era de interesse do próprio Governo Imperial. Esse também parecia já estar de olho nas possibilidades de desenvolvimento da cana-de-açúcar, e outros produtos passíveis de taxações, em terras dos aldeamentos indígenas, daí as aldeias estarem bem representadas nessa carta. Daí esta fonte ser também importante para os estudiosos da história indígena em Sergipe.

Na minha análise, a maior riqueza do mapa de Bloem é o registro dos principais engenhos de Sergipe. Não conheço registro desse tipo de informação para outras províncias. É isso que faz desse mapa um documento mais do que raro, precioso, para o estudo da história da província.

Nesse sentido, o mapa pode ajudar a entender outros documentos. Não podemos esquecer que o cruzamento de diferentes fontes é fundamental para o bom exercício do ofício de historiador. Saber onde se localiza um engenho pode até mesmo servir de guia para a procura de outros documentos em diferentes arquivos.

Por exemplo, em um processo judicial que tramitava na Comarca de Maruim, envolvendo um grupo de quilombolas que invadiu um engenho, pude perceber que tal engenho se localizava em Divina Pastora, e não em Maruim. O que me fez ir até o

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo do Judiciário: "A Cidade de Aracaju"
ISSN 0000-0000
arquivo municipal dessa cidade em busca de mais informações; a procura não foi em vão, lá encontrei outros processos envolvendo o mesmo grupo de quilombolas.

Além disso, através das informações obtidas nas fontes judiciais e nos relatórios policiais consegui localizar no mapa de Bloem os engenhos onde existiam quilombos, e aqueles onde os quilombolas eram acobertados; elaborei, então, um mapa dos quilombos da Cotinguiba. Tal mapa me permitiu demonstrar como a região estava dominada pelos quilombolas na segunda metade do século XIX.⁶

Para concluir, gostaria de ressaltar que do mesmo modo que este mapa me auxiliou a decifrar alguns autos judiciais ou eventos históricos, acredito que ele possa auxiliar a dirimir muitas dúvidas levantadas por outros documentos. Espero com a revelação de tão preciosa fonte, estar contribuindo para a escrita da História de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

BLOEM, João, *Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, organizada pelas informações, exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje.*", 1844.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta, *Preferência de Traçados para Ferro-via na Província de Sergipe, 1881.*

Bibliografia Secundária:

AMARAL, Sharyse Piroupo do, *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860/1888*, Tese de Doutorado em História, UFBA, 2007

FLORENCE, Afonso Bandeira, "Resistência escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842", *Afro-Ásia*, 18 (1996), pp. 7-32.

MARIA FILHO, Thiago de, "Metamorfose no Convento São Francisco" in <http://iaracaju.infonet.com.br/osmario>, acessado em 12/03/2008.

⁶ O Mapa dos Quilombos da Cotinguiba, elaborado com base no mapa de Bloem, encontra-se em Amaral, *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*, cap.3.

A GEOGRAFIA EM ARACAJU

Vera Maria dos Santos⁷

O artigo em pauta é fruto da dissertação de mestrado que tratou da Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao XX. Sob o viés da Nova História Cultural, o texto que apresento é na verdade, uma primeira tentativa de sistematização dos trabalhos que fizeram referência à cidade de Aracaju. O marco temporal desta pesquisa foi delimitado a partir de 1882, ano referente ao primeiro trabalho até 2004, quando encerrei a coleta de dados. A pesquisa foi realizada no Dicionário Bio-bliográfico de Armindo Guaraná (1925), Catálogo das monografias do curso de Bacharelado em Geografia (1996), visitei as secretarias do Departamento e do Núcleo de pós-graduação em Geografia, os acervos públicos e os particulares.

Em seu tempo de existência, a cidade de Aracaju, foi objeto de estudo de muitos intelectuais, que discutiram os múltiplos aspectos geográficos, do espaço aracajuano. Foram encontradas 65 (sessenta e cinco) publicações que fizeram referência à cidade de Aracaju. Trabalhos esses, que circularam sob a forma de Palestra, memória, ensaios, livro didáticos para o ensino primário, pareceres, monografias do curso de Bacharelado e do curso de especialização em Geografia, dissertações de mestrado, livros científicos, artigos publicados em jornais e em revistas.

Esses trabalhos foram agrupados, a partir das temáticas que se fizeram presentes, na discussões sobre os diversos aspectos da geografia aracajuana: urbana (46), rio (07), Geografia Geral (03), aspecto físico (02), agricultura (01), descrição de viagem (01), outros temas sobre a cidade (02) e ainda encontrei livros didáticos (03).

Entre monografias do curso de Bacharelado, de Especialização, e de Mestrado em Geografia, de livros e de artigos foram encontrados (46) quarenta e seis trabalhos, produzidos entre 1913 e 2003, que focalizaram os aspectos urbanos, tema mais estudado. Os seus autores abordaram não somente a cidade, como também a grande Aracaju, os bairros, as favelas, as avenidas e falaram ainda sobre o seu futuro. O primeiro trabalho escrito com esse propósito foi o de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, que produziu dois artigos, publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS): **Aracaju. Suas origens, seu provável futuro** (1913) e

⁷Doutoranda em Educação; Mestre em Educação e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Técnico em Assuntos Educacionais da UFS, integrante do grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares do Núcleo de Pós-graduação em Educação da UFS.

Salve Aracaju (1916)⁸. Vinte e nove anos depois, Fernando Figueiredo Porto⁹, elaborou o ensaio que tratou da evolução urbana de Aracaju, **Estudos sergipanos II, a cidade do Aracaju (1855-1867)** em (1945). Nesse mesmo ano, o professor José Aloísio de Campos, discutiu **As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju**. Exatamente uma década depois Bonifácio Fortes, tratou da **Evolução da Paizagem humana da cidade de Aracaju** (1955).

A partir de 1963, os cursos de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, foram desmembrados e passaram a ter seus respectivos departamentos. Com essa separação o curso de Geografia entrou em uma nova fase, que possibilitou a consolidação do campo específico da disciplina, ao tempo em que se buscou a autonomia do saber geográfico.

Em 1980, com a criação do curso de Bacharelado, os estudos sobre a cidade aumentaram consideravelmente e os seus autores priorizaram o aspecto urbano em suas discussões: Lílian Corrêa Machado investigou a **Organização urbana em espaços subdesenvolvidos - a região de Aracaju** (1980), Ewerton Vieira Machado escreveu sobre a avenida, **Barão de Maruim: uma via de circulação em expansão** (1981), Maria Lúcia Sobral Moraes e Maria Nazaré de Carvalho produziram a **Morfologia e Expansão do solo do povoado Taióçoca** (1981), Wanda Maria C. de Oliveira estudou o **Povoado Cabrita: um estudo preliminar** (1982), Danilo Sampaio escreveu sobre **O homem do campo no processo de desfavelamento nas periferias de Aracaju** (1986), Celi Maria Santos de Souza estudou **O processo de ocupação do conjunto habitacional da COHAB/Se** (1986), José Domingos dos Santos tratou **A invasão do matadouro: estudo de caso de uma favela da zona norte de Aracaju** (1988), Corália Maria dos Santos dissertou sobre **O comércio ambulante no centro de Aracaju, uma contribuição** (1989). Os professores da UFS, também apresentaram os seus livros, produzidos nessa década: José Alexandre Felizola Diniz, estudou o livro **O subsistema Urbano regional de Aracaju** (1987), Neuza Maria Góis discutiu **As transformações recentes do espaço urbano: o caso de Aracaju** (1989) e Kátia Silva Loureiro dissertou sobre a **Trajatória urbana de Aracaju, em tempo de interferir** (1983). Os artigos dos professores daquela instituição foram veiculados em jornais e em revistas da época: Vera Lúcia Alves França escreveu sobre a **Evolução do uso e da ocupação do solo do Bairro Siqueira Campos** (1984) essa mesma autora, em parceria com a professora Kátia Loureiro escreveram sobre **Aracaju, hoje** (1988), Agamenon Guimarães Oliveira

⁸O trabalho abordou a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, que completara 50 anos, e tratou do crescimento da cidade e do desenvolvimento da sua cultura.

⁹Esse livro foi publicado novamente em 1991, através do Governo de Sergipe/FUNDESC.

tratou, **Invasão do terminal rodoviário de Aracaju-um processo de desfavelamento** (1986), Adelci Figueredo Santos, investigou **A favela do japãozinho, estrutura e condições de vida- um estudo geográfico** (1989), Aluíso Capdeville Duarte estudou **Aracaju e sua região** (s/d).

A produção do Bacharelado invadiu a década de 1990, continuando presente nos Cadernos da AGB: Ivanilde Souza Santana tratou **A expansão do comércio de autopeças em Aracaju – o caso da Avenida Chanceler Osvaldo Aranha** (1991); Wanderley Teixeira Souza discutiu o **Distrito Industrial de Aracaju –DIA, uma área de expansão** (1991); Maria Luciene Dantas estudou **São Brás, caracterização geográfica de um povoado localizado na grande Aracaju** (1991); Antonio Barbosa dissertou sobre os **Transportes urbanos: problemas do transporte coletivo em Aracaju** (1992); Luiz Carlos Souza Silva, investigou o **Sistema de esgotamento sanitário da cidade de Aracaju: consequência no uso do solo urbano e na qualidade de vida** (1992); Marleno Costa discutiu **O papel do estado na expansão urbana de Aracaju: o caso da Terra Dura** (1993); Juliana Bomfim estudou a **Migração diária e distribuição residencial da população universitária** (1993); Luís Mario Santos dissertou sobre a **Organização de um espaço periférico na grande Aracaju: a ocupação marginal do conjunto João Alves** (1995), Reusis da Silva Barbosa Reis estudou **as Migrações e espaço geográfico – o caso do bairro JardimCentenário** (1999); Cristiane Alcântara de Jesus Santos discutiu o **Turismo de eventos e a reestruturação do espaço urbano do bairro Atalaia** (1999); Adenildo Alcântara investigou **As migrações em Aracaju e as políticas governamentais: um estudo de caso** (2001); Maria José da Silva Santos apresentou **Os territórios da prostituição no centro de Aracaju** (2003). As professoras além de orientarem os trabalhos acima citados, também refletiram sobre a cidade em seus artigos: Adelci tratou do **São Conrado: um bairro periférico na zona sul de Aracaju** (1997) e no ano seguinte, escreveu **Invasões e desfavelamento em Aracaju** (1998), Neuza Maria Góis estudou **As condições de vida da população do bairro Santos Dumont** (1998), Vera Lúcia Alves França discutiu **Aracaju, rumo a uma feição metropolitana** (1998), e ainda produziu o livro intitulado, **Aracaju, estado e metropolização** (1999).

Ainda na década de 1990, começaram a surgir as dissertações de mestrado, que versaram sobre Aracaju: Ewerton Vieira Machado estudou mais uma vez essa cidade, **Aracaju: “Paisagens e fetiches” Abordagem a cerca do processo de seu crescimento** (1990) e nesse mesmo ano, Anselmo Belém Machado dissertou sobre **A grande Aracaju: processo de uma metropolização emergente**, (1990); Fernando Lins

de Carvalho estudou **Vizinhos, sim; enterros à parte. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862 – 1933)**, (2004); Kercy da Cunha Teixeira e Silva discutiu **O Urbano, o rural e o ambiental nas transformações do bairro Porto Dantas, no Norte da cidade de Aracaju-SE**, (2004).

No curso de História existem os registros de trabalhos que incorporaram o objeto da Geografia. No conjunto de artigos publicados na "Revista do Aracaju"/2003 a cidade foi discutida, a partir do urbanismo: **Aracaju urbana e humana: aspectos de uma leitura da cidade**, de Edna Maria do Nascimento¹⁰ e Waldefrankly Rolim de A Santos; **Luz elétrica, asseio e promptidão: fragmentos da modernização de Aracaju**, de Fabrícia Oliveira Santos; **Ocupação periférica do quadrado de Pirro**, de Bárbara Sheila Gonçalves e Freitas.

Depois da temática urbana, os rios foi o segundo assunto mais estudado. Sete trabalhos estiveram presentes nos jornais e nas revistas, sergipanas. José Siqueira de Menezes escreveu **Ligeiro esboço sobre o rio Poxim** (1882), publicado na "Gazeta de Sergipe", sendo este o trabalho mais antigo, encontrado nos acervos pesquisados, que fez referência a Aracaju. Elias do Rosário Montalvão questionou **Qual o rio que banha a cidade?**¹¹, memória publicada na Revista do IHGS (1926). Estiveram envolvidos nessa discussão, "(...) Manuel dos Passos Oliveira Telles (1925), Clodomir Silva¹² (1925) e Elias do Rosário Montalvão. A memória de Montalvão¹³ teve origem na convocação do presidente do IHGS, Amintas Jorge, e concluiu que era o Sergipe e não o Cotinguiba que banhava Aracaju, como até então se tinha considerado" (FREITAS, 2002, p. 37). Sebastião de Carvalho discutiu a origem do nome do **Rio de Sergipe** (1925), na Revista do IHGS. No curso de Bacharelado em Geografia dois trabalhos versaram sobre os rios: **A análise morfométrica da bacia do Poxim–Mirim, sub afluente do rio Sergipe** (1987), da aluna, Maria Noelinda Araújo Machado e **A bacia inferior do rio Sergipe: caracterização ambiental** (1992), da aluna Acássia Cristina Souza.

¹⁰Desse grupo de autores que publicaram na Revista do Aracaju, artigos sobre a geografia aracajuana, essa é a única que é graduada em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes na Bahia- UFBA.

¹¹Neste artigo Montalvão afirmou que "(...) chama-se Sergipe e não Cotinguiba o rio que banha Aracaju. Ambos são confluente, mas aquele possui maior profundidade, volume e extensão, sendo, portanto, considerado o rio principal" (FREITAS, 2002, p. 95).

¹²Silva escreveu o Parecer número 2: a Cotinguiba. Parecer favorável (...) à tese de Elias Montalvão, afirmando ser o rio Sergipe que banha Aracaju e não o Cotinguiba. O parecer é fundamentado em estudos sobre a condição geográfica, o valor fluvial e a condição histórica (FREITAS, 2002, p. 95).

¹³Teles escreveu o Parecer número 1: "Palavras a propósito da memória de Montalvão" "(...) O parecer de Manuel dos Passos Oliveira Telles, concordando com Elias Montalvão quando este afirma ser o rio Sergipe que banha Aracaju e não o rio Cotinguiba" (FREITAS, 2002, p. 95).

Três (03) trabalhos enfatizaram a Geografia Geral aracajuana, terceira temática abordada: o IBGE/Conselho Nacional de Estatística elaborou a monografia sobre **Aracaju** (1954)¹⁴ e no curso de Bacharelado em Geografia a aluna, Albertina Sonia, Macelino da Silva e outros escreveram a **Geografia do Aracaju** (1983) e a SEPLANTEC/SUPES, lançou o **perfil municipal-Aracaju** (1997)¹⁵.

Os aspectos físicos foram tratados pela professora Maria da Glória Costa Monteiro que estudou **A restinga da Atalaia**¹⁶, (1963) e pela aluna do Projeto de Qualificação Docente (PQD), Bacharelado, Josefa Oliveira Guimarães que fez a **Análise dos elementos naturais e antrópicos do estrato geográfico na carta topográfica de Aracaju** (2002). Sobre a agricultura aracajuana foi encontrado apenas um (01) trabalho, realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado, que investigou através de dados estatísticos, **Os aspectos da comercialização de produtos hortigrangeiros e cereais de Aracaju** (1978). As descrições de viagem ficaram sob o encargo de Antonio da Mota Rabello que descreveu a viagem que fez por terra **De Aracaju a Bahia** (1910)¹⁷.

Ainda existe no IHGS os três (03) livros didático, que trataram especificamente sobre a cidade de Aracaju. Dois são do professor Acrísio Tôres Araújo, dedicados ao ensino primário: **Aracaju, minha capital** (1967) e **Aracaju, minha terra**¹⁸ (1973). O terceiro impresso didático é o caderno de textos, destinado ao aluno da rede municipal de ensino, intitulado **Aracaju, viver e conhecer** (1995), elaborado pela Prefeitura Municipal de Aracaju.

¹⁴Elaborada, por ocasião do primeiro centenário da cidade. Tratou dos aspectos físicos, população, principais atividades econômicas, estabelecimentos econômicos, transportes, aspectos urbanos, assistência médica, aspectos culturais, finanças municipais em 1953 e a representação política.

¹⁵Tratou da caracterização geral do município, aspectos demográficos, aspectos econômicos e financeiros, infra-estrutura, aspectos sociais, participação sócio-política, administração municipal.

¹⁶A obra, constitui ensaio, apresentado para o concurso à cátedra de Geografia do Colégio Estadual de Sergipe

¹⁷As descrições eram muito comuns e foram durante muitos anos, o veículo fundamental para dar conhecimento aos administradores portugueses das terras brasileiras.

¹⁸José Almeida Lima, no prefácio destacou: "para que o aluno conheça melhor o lugar onde mora, já que os livros em que você estuda são todos vindos da região sul do país e não mostram a nossa realidade. De três em três meses, você receberá um exemplar contando um pouco da história de Aracaju. Queremos com isso, que cada O primeiro passo para que todos exerçam seus direitos e deveres de cidadão é ter conhecimento sobre a cidade onde vivem. Para isso os cadernos de texto foram idealizados. Neles, você encontrará informações sobre a nossa capital, sua história, sua cultura, sua economia e tantos outros assuntos que dizem respeito ao seu dia a dia e de sua família. Espero que isto contribua para fazer de você um verdadeiro cidadão para que, no futuro, conhecendo a realidade de sua cidades você possa fazer algo para torná-la um lugar melhor pra se viver"(LIMA, 1995). O caderno tratou: O lugar onde você vive; Aracaju; Povoado de Santo Antonio do Aracaju; A mudança da capital; Uma cidade planejada; As dificuldades da nova cidade.

Duas publicações importantes foram encontradas no IHGS: o **Guia de Aracaju** (1956)¹⁹, no qual a cidade foi representada através de plantas da cidade e croquis dos seus bairros e o álbum de imagens, **Sergipe–Aracaju** (1986)²⁰ elaborado por Rosane P. Andrade e outros.

Concluindo, os sessenta e cinco trabalhos encontrados, conforme quadro anexo nos mostrou que os temas estudados são bastante diversificados. A cidade de Aracaju foi estudada a partir dos seus aspectos urbanos, dos seus rios, foi ensinada aos alunos do ensino primário, através dos livros didáticos do professor Acrísio Tôrres Araújo na década de 1970. E 1995 a geografia se fez presente, a partir dos cadernos de textos, elaborados pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Foi ainda, representada através de croquis e plantas. Como se pôde observar, o primeiro trabalho que fez referência a Aracaju, data do século XIX, mais especificamente de 1882, quando José Siqueira de Menezes fez um **Ligeiro esboço sobre o Rio Poxim**. Depois desse trabalho, somente a partir de 1910, que apareceram cinco (05) novos estudos realizados em 1913 e 1926, que fizeram referência à cidade e aos seus rios. Depois desse último trabalho passaram-se dezenove (19) anos, sem que houvesse publicações de natureza geográfica, sobre a cidade em questão. Em 1945, o professor Fernando Figueiredo Porto rompeu esse silêncio e escreveu os **Estudos sergipanos II** e Bonifácio Fortes tratou da paisagem humana da cidade em 1955.

É importante enfatizar que a partir da criação do curso de Geografia e posteriormente com a criação dos cursos de Bacharelado, de Mestrado e de Doutorado a produção geográfica sobre Aracaju, se multiplicou, ao tempo em que foram apresentados novos temas para a pesquisa. Dos sessenta e três (63) trabalhos encontrados, quarenta (40), foram produzidos a partir dos anos de 1980, quando foram criados aqueles cursos, o que corresponde a 64%, da produção total.

Essa reflexão, portanto, não esgota as possibilidades de outros olhares sobre os trabalhos que se referiram à Geografia aracajuana.

¹⁹O livro não revelou a autoria.

²⁰Esta publicação contém imagens de Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. UFRJ: Rio de Janeiro, 1994.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na 'Casa de Sergipe' – 1913-1999**. São Cristóvão: Editora UFS, 2002.

GUARANÁ, Manoel Armino Cordeiro. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe: Pongetti, 1925.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE/CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS/DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. **Catálogo das monografias** s/ed, 1996.

CAMPOS, Antonio Carlos. O espaço da Geografia na História da UFS. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (Orgs.). **UFS: História dos cursos de graduação**. São Cristóvão (SE): CEAV/UFS, 1999.

ANEXO

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA URBANA

No	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	ANO
01	Manuel dos Passos de Oliveira Telles	Aracaju. Suas origens, seu provável futuro	1913
02	Manuel dos Passos de Oliveira Telles	Salve Aracaju.	1916
03	Fernando Figueiredo Porto	Estudos sergipanos II	1945.
04	Fernando Figueiredo Porto	a cidade do Aracaju (1855-1867)	1945
05	José Aloísio de Campos	As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju	1945
06	Bonifácio Fortes	Evolução da Paizagem humana da cidade de Aracaju	1955
07	Lílian Corrêa Machado	Organização urbana em espaços subdesenvolvidos - a região de Aracaju	1980
08	Ewerton Vieira Machado	Barão de Maruim: uma via de circulação em expansão	1981
09	Maria Lúcia Sobral Moraes e Maria Nazaré de Carvalho	Morfologia e Expansão do solo do povoado Taiçooca	1981
10	Wanda Maria C. de Oliveira	Povoado Cabrita: um estudo preliminar	1982
11	Kátia Silva Loureiro	A Trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir	1983
12	Vera Lúcia Alves França	Evolução do uso e da ocupação do solo do Bairro Siqueira Campos	1984
13	Agamenon Guimarães Oliveira	Invasão do terminal rodoviário de Aracaju-um processo de desfavelamento	1986
14	Danilo Sampaio	O homem do campo no processo	1986

		de desfavelamento nas periferias de Aracaju	
15	Celi Maria Santos de Souza	O processo de ocupação do O conjunto habitacional da COHAB/Se	1986
16	José Alexandre Felizola Diniz,	O subsistema Urbano regional de Aracaju	1987
17	Corália Maria dos Santos	O comércio ambulante no centro de Aracaju, uma contribuição	1989
18	José Domingos dos Santos	A invasão do matadouro: estudo de caso de uma favela da zona norte de Aracaju	1988
19	Adelci Figueredo Santos	A favela do japãozinho, estrutura e condições de vida-um estudo geográfico	1989
20	Neuza Maria Góis	As transformações recentes do espaço urbano: o caso de Aracaju	1989
21	Aluíso Capdeville Duarte	Aracaju e sua região	s/d.
22	Ivanilde Souza Santana	A expansão do comércio de autopeças em Aracaju – o caso da Avenida Chanceler Osvaldo Aranha	1991
23	Wanderley Teixeira Souza	Distrito Industrial de Aracaju – DIA, uma área de expansão	1991
24	Maria Luciene Dantas	São Brás, caracterização geográfica de um povoado localizado na grande Aracaju	1991
25	Antonio Barbosa	Transportes urbanos: problemas do transporte coletivo em Aracaju	1992
26	Luiz Carlos Souza Silva	Sistema de esgotamento sanitário da cidade de Aracaju: consequência no uso do solo urbano e na qualidade de vida	1992
27	Marleno Costa	O papel do estado na expansão urbana de Aracaju: o caso da Terra Dura	1993
28	Juliana Bomfim	Migração diária e distribuição residencial da população universitária	1993
29	Luís Mario Santos	Organização de um espaço periférico na grande Aracaju: a ocupação marginal do conjunto João Alves	1995
30	Reusis da Silva Barbosa Reis	As Migrações e espaço geográfico – o caso do bairro JardimCentenário	1999
31	Cristiane Alcântara de Jesus Santos	Turismo de eventos e a reestruturação do espaço urbano do bairro Atalaia	1999
34	Adelci Figueiredo Santos	São Conrado: um bairro	1997

		periférico na zona sul de Aracaju	
35	Adelci Figueiredo Santos	Invasões e desfavelamento em Aracaju	1998
36	Neuza Maria Góis	As condições de vida da população do bairro Santos Dumont	1998
37	Vera Lúcia Alves França	Aracaju, rumo a uma feição metropolitana	1998
38	Vera Lúcia Alves França	Aracaju, estado e Metropolização	1999
39	Ewerton Vieira Machado	Aracaju: "Paisagens e fetiches" Abordagem a cerca do processo de seu crescimento	1990
40	Anselmo Belém Machado	A grande Aracaju: processo de uma metropolização emergente	1990
41	Adenildo Alcântara	As migrações em Aracaju e as políticas governamentais: um estudo de caso	2001
42	Maria José da Silva Santos	Os territórios da prostituição no centro de Aracaju	2003
43	Edna Maria do Nascimento e Waldefrankly Rolim de A Santos	Aracaju urbana e humana: aspectos de uma leitura da cidade	2003
44	Fabília Oliveira Santos	Luz elétrica, asseio e promptidão: fragmentos da modernização de Aracaju	2003
45	Bárbara Sheila Gonçalves e Freitas	Ocupação periférica do quadrado de Pirro	2003

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA RIOS

01	José Siqueira de Menezes escreveu	Ligeiro esboço sobre o rio Poxim	1882
02	Elias do Rosário Montalvão	Qual o rio que banha a cidade?	1926
03	Manoel dos Passos OliveiraTeles	Parecer número 1	1926
04	Clodomir Silva e Elias do Rosário Montalvão.	Parecer número 2	1925
05	Sebastião de Carvalho	Rio de Sergipe	1925
06	Maria Noelinda Araújo Machado	A análise morfométrica da bacia do Poxim–Mirim, sub afluente do rio Sergipe	1987
07	Acássia Cristina Souza.	A bacia inferior do rio Sergipe: caracterização ambiental	1992

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA GEOGRAFIA GERAL

01	IBGE/Conselho Nacional de Estatística	Aracaju	1954
02	Albertina Sonia, Macelino da Silva e outros	Geografia do Aracaju	1983
03	SEPLANTEC/SUPES	Perfil municipal-Aracaju	1997

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA ASPECTOS FÍSICOS

01	Maria da Glória Costa Monteiro	A restinga da Atalaia,	1963
02	Josefa Oliveira Guimarães	Análise dos elementos naturais e antrópicos do estrato geográfico na carta topográfica de Aracaju	2002

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA AGRICULTURA

01	Secretaria de Agricultura do Estado,	Os aspectos da comercialização de produtos hortigrangeiros e cereais de Aracaju	1978
----	--------------------------------------	--	------

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA DESCRIÇÃO DE VIAGEM

01	Antonio da Mota Rabello	De Aracaju a Bahia	1910
----	-------------------------	---------------------------	------

TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE ARACAJU

TEMÁTICA LIVROS DIDÁTICOS

01	Acrísio Tôrres Araújo	Aracaju, minha capital (1967
02	Acrísio Tôrres Araújo	Aracaju, minha terra	1973
03	Prefeitura Municipal de Aracaju.	Aracaju, viver e conhecer	1995

**TRABALHOS/AUTORES QUE PRODUZIRAM SOBRE A CIDADE DE
ARACAJU**

TEMÁTICA OUTROS TEMAS

01	Sem autoria	Guia de Aracaju	(1956)
02	Rosane P. Andrade e outros.	Sergipe–Aracaju	1986)

TEXTOS COMPLETOS- COMUNICAÇÕES

PENÉLOPE MAGALHÃES, MEMÓRIAS DE UMA VIAJANTE

Ana Tereza Garcez da Rocha

(Unit. E-mail: anaterzag@yahoo.com.br)²¹

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento²²

(NPED/Unit E-mail: ester.fraga@uol.com.br)

Este trabalho tem como objetivo mapear a presença de Penélope Magalhães no cenário educacional sergipano, nas primeiras décadas do século XX, a partir dos vestígios deixados pela professora em sua trajetória intelectual. Os indícios revelam sua importância como propagadora da cultura norte-americana, através da educação, difundida por missionários presbiterianos norte-americanos presentes em Sergipe, a partir da década de 1880 (NASCIMENTO, 2004).

A bibliografia brasileira que trata da ação presbiteriana norte-americana no Brasil é razoavelmente farta. Porém, a maioria dos trabalhos se reporta às regiões Sudeste e Sul, principalmente ao Estado de São Paulo, obliterando sua presença em outras áreas do país, sendo necessário investigar mais profundamente sua ação no Nordeste, a partir de meados do século XIX. À exceção de Ferreira (1992) e Matos (2004), a historiografia, educacional e presbiteriana, brasileira quando trata da ação missionária norte-americana no país, pouco se refere à atuação da Missão Central do Brasil no *hinterland* brasileiro (NASCIMENTO, 2007).

No entanto, o alargamento das fronteiras da História da Educação, o seu diálogo com outros campos, como também o movimento do processo de reconfiguração conceitual e metodológica dos estudos historiográficos sobre educação favoreceram uma configuração inicial do campo da historiografia da educação protestante no Brasil. A partir da década de 1990, pesquisadores da área, dentro das instituições de ensino

²¹ Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq/Unit. Membro do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/UNIT.

²² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/UNIT; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/UFS e do Grupo de Pesquisa de Ciências da Religião/UFS.

superior, têm se voltado a investigar a prática educativa inserida por grupos protestantes norte-americanos no Brasil, principalmente pelos metodistas, batistas e presbiterianos.

A ação educativa presbiteriana norte-americana no Brasil iniciou-se a partir de 1870, na Província de São Paulo, com a organização da Escola Americana, pelos missionários-professores da Missão Brasil, enviados pela Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA). O êxito daquele estabelecimento possibilitou a abertura de instituições educacionais em outras Províncias. Como parte da estratégia de difusão e implantação do presbiterianismo, em 1886, dois anos após se instalar em Laranjeiras, aquela missão organizou a primeira instituição educacional protestante de Sergipe – a Escola Americana (NASCIMENTO, 2004).

A reconstituição da trajetória da vida de Penélope, através dos seus sinais deixados no tempo e no espaço, revelou que fora aluna da escola presbiteriana e, apesar de ser relativamente grande a quantidade de documentos que tratavam da educação naquele período, poucos foram os que se referiam tanto à instituição como à Penélope. Poucos também foram os autores sergipanos que se reportaram ao tema e mesmo assim, muito rapidamente, limitando-se a algumas linhas ou a poucos parágrafos. Como a ação de Penélope na educação sergipana foi esquecida, fazia-se necessário “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa e não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152). O pesquisador fica intrigado com o silêncio e a falta de informação, com o descaso com aquela presença e é levado a pensar no sentido do que diz Le Goff (1984, p. 13):

(...) tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Como um “caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (GINZBURG, 1989, 154), a garimpagem de provas que pudessem constatar a existência tanto da educadora como da escola levou a fontes de origens diversas. Foram visitadas as ruínas das duas casas onde funcionaram a igreja e a escola, o cemitério protestante, arquivos oficiais do Estado de Sergipe, arquivos particulares, arquivo da Igreja Católica, os jornais da época. Assim, além da busca de documentos manuscritos e impressos, foi necessário recorrer às fontes iconográficas e orais, levando em consideração:

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... (...) Onde o homem passou,

onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história. (...)

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permitir fabricar o seu mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas (...). Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, *apud* LE GOFF, 1984, p. 98).

Penélope Magalhães, nascida em 14 de agosto de 1886, era laranjeirense, filha mais nova de Mariana Magalhães, católica, e de Emídio, Chefe de Polícia da cidade, convertido ao protestantismo que, apesar de não ser casado civilmente, foi aceito pela Igreja Presbiteriana de Laranjeiras. Lysias Magalhães dos Santos afirmou que sua mãe foi aluna da Escola Americana, apesar de não saber o ano do seu ingresso, nem se outros irmãos seus também estudaram lá.

A Escola Americana, onde Penélope estudou e aprendeu a tocar piano, funcionava na andar térreo do Sobrado dos Protestantes, como ficou conhecida a casa daqueles missionários presbiterianos norte-americanos. Além de oferecer os cursos primário e secundário para ambos os sexos, recebia também alunos não-crentes e possuía internatos masculino e feminino. Como as mensalidades eram baixas, as crianças menos favorecidas podiam freqüentá-la.

Com uma proposta educacional inovadora, expressão de uma pedagogia norte-americana, apresentava um modelo escolar redimensionado na formação intelectual, moral, estética e religiosa da criança, com professores formados, geralmente as próprias missionárias norte-americanas. As salas de aula possuíam carteiras individuais, de madeira e ferro, vindas dos Estados Unidos. Nas práticas pedagógicas, por exemplo, a memorização fora substituída pelo cultivo do espírito crítico aplicando o método científico; as matérias eram relacionadas entre si. Nas disciplinas oferecidas no secundário constava Aritmética, Geografia, Inglês, Português, Francês, Prendas e Música. Os últimos anos da década de 1890 foram difíceis para a instituição. Provavelmente, a seca que se abatera na região, a epidemia de varíola e os embates com a igreja católica levaram a Missão, em 1899, a transferir o colégio para Aracaju, capital do Estado.

Utilizando-se da estratégia de preparar seus quadros, em 1898, a Missão convidou Penélope, com doze anos de idade, para estudar no Estado norte-americano da

Califórnia e, apesar de sua mãe não concordar com a sua ida, seu pai aprovou. Durante os doze anos de sua permanência naquele país, fez o curso regular pedagógico e de teologia, e de lá mandava dinheiro para a família em Laranjeiras, pois já ensinava. Quando retornou, em 1910, seu pai havia falecido e ela foi designada pela Missão para ensinar no Instituto Ponte Nova, na Bahia. Lá conheceu o estudante Manoel Antonio dos Santos, com o qual se casou e teve três filhos: Martinho Lutero, Esdras e Lysias. Manoel Antonio dos Santos era um dos seis filhos de Manoel Raymundo dos santos, comerciante da cidade de Itaberaba, na Bahia. Evangelizados pelo missionário presbiteriano George Chamberlain, no início da década de 1890, tornaram-se protestantes. Antonio foi aluno do Instituto Ponte Nova, escola presbiteriana organizada por aqueles missionários na cidade baiana de Wagner, na Chapada Diamantina (NASCIMENTO, 2007).

O IPN, como ficou conhecido, ministrava ensino religioso, presbiteriano, de caráter obrigatório, sendo um estabelecimento de natureza privada e confessional. Destinado a educar os filhos das famílias que seriam evangelizadas, era mantido pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América do Norte, não recebendo nenhuma subvenção do governo brasileiro. Os missionários norte-americanos recebiam seus salários das igrejas presbiterianas norte-americanas. O objetivo de Waddell era fazer funcionar uma escola normal rural, destinada a dar aos jovens um preparo que os habilitasse a ensinar em núcleos urbanos mais afastados, no interior da Bahia, desencadeando assim uma verdadeira onda de cultura e cristianismo naquelas terras sertanejas. Além disso, pretendia educar o indivíduo para que ele vivesse em seu ambiente, fixando-o em seu meio, evitando, assim, a evasão rural para os centros urbanos.

Funcionava em regime de internato para moças e rapazes, e, semelhante às suas escolas presbiterianas norte-americanas, adotava a co-educação e o sistema cooperativo, onde o aluno obtinha sua educação através de uma pequena contribuição financeira anual (50 mil réis) e serviços prestados ao estabelecimento. Os rapazes cuidavam da limpeza dos arredores, da horta, do pomar, do internato, e recebiam noções de carpintaria. As moças cuidavam da culinária, cada uma lavava e passava sua roupa, sendo proibidas de pagarem a lavagem. Cada aluno tinha deveres com a igreja: participava do coral e dos cultos aos domingos, independente de sua religião. O depoimento dado por Sancha Galvão, irmã de Manoel Antonio dos Santos, ex-aluna e professora do IPN, descreve a regulamentação do tempo, os costumes estabelecidos pela instituição e a importância dada ao ensino lá ministrado:

O sistema lá era de estudo e trabalho. Os alunos faziam todo o trabalho do colégio, inclusive roça e criação. Coisa digna de admiração era a ordem. (...). Todos estavam presentes nas horas marcadas para aulas, trabalhos, divertimentos, refeições, cultos e até passeios. (...). Não havia aula às segundas-feiras, pois era dia de lavagem de roupa. (...). E, assim, todo o trabalho era dividido em turmas. (...). Aos sábados à noite, num grande salão, reuniam-se moças e rapazes para uma brincadeira. Cantavam, recitavam. Havia diversos brinquedos que se chamavam brinquedos de salão. (...). Os alunos tomavam as refeições no internato, todos reunidos, moças e rapazes. (...). Os diretores e professores presidiam cada mesa. (...). Havia também, o culto doméstico todas as noites, após o jantar. O ensino lá era muito eficiente. (...). Não penso que fossem mais preparadas [as professoras de Ponte Nova], mas o que salientava nelas era o cumprimento do dever, o sistema americano de pontualidade e fazer tudo, quando não perfeito, ao menos o melhor possível” (GALVÃO, 1993, p. 49-53).

Antonio dos Santos, depois de ter terminado o curso, foi estudar no Seminário Teológico, em Pernambuco. Provavelmente, no final dos anos de 1900, Sancha foi ensinar na escola presbiteriana de Estância, em Sergipe, dirigida por Cassius Edwin Bixler e Florence, sua esposa. Em 1913, foi passar as férias da escola, na casa de Penélope, sua futura cunhada, em Aracaju. Segundo Sancha, a cunhada, além de lecionar Inglês na Escola Normal e em colégios privados, à noite dava aulas particulares. Foi também professora da Escola Americana, em Aracaju, sob a direção de Finley (Galvão, 1993, p. 74). Na década de 1920, Manoel Antonio dos Santos, assumiu a igreja presbiteriana de Laranjeiras. Sobre a ação educacional de Penélope, Souza (1934, p, 15) afirmou que,

embora membro da Igreja de Laranjeiras, mas quasi que residindo na capital, em vista de sua função de professora de inglês na Escola Normal. muito contribuiu para o impulso maior na divulgação do Evangelho, principalmente entre os intelectuais da terra.

A intelectual sergipana M^a Ritta Soares de Andrade (1929, p. 153, 154) considerou a professora Penélope Magalhães

a mulher mais culta de Sergipe. Educada no centro fértil e liberal que é a América do Norte, D. Penélope trouxe para o seu Estado um vasto cabedal, que aqui transfunde altruisticamente a quantos buscam ensinamentos no seu talento e na sua cultura. Nunca publicou livros. Mas podemos afirmar que os teria de certo publicado, se outras fossem as circunstancias do nosso meio, se não nos fosse a vida tão dificultosa. É um espírito summamente

adeantado, e maneja com habilidade o português, o francês, e o inglês – idioma em que é a mestra dos mestres.

No início dos anos de 1930, o interventor Augusto Maynard Gomes designou a professora Penélope a organizar o primeiro estabelecimento educacional que seria construído em Aracaju, seguindo o modelo de educação infantil mais moderno da época e implantando o método de alfabetização mais atual que existia. Para isso, Penélope foi a São Paulo e ao Rio de Janeiro verificar a legislação e currículos que se adequariam ao projeto do Jardim, de acordo com os padrões técnicos do Ministério de Educação, sendo ela a fundadora e primeira diretora da instituição.

O terreno do Jardim de Infância Augusto Maynard Gomes foi comprado de José Calazans e o edifício, projetado pelo arquiteto Leandro Maciel. A utilização espacial não seguiu os modelos tradicionais. As salas foram dispostas em módulos nas quais era oferecida às crianças recreação, aulas de teatro, de dança, de desenho, de música. Na entrada foi colocado um busto de Augusto Maynard e outro de Penélope. O Jardim de Infância ainda possuía um auditório, no formato de uma concha acústica, onde eram comemoradas todas as datas festivas.

Nas décadas seguintes, as vagas ainda eram muito disputadas, pois ter um filho estudando no Jardim significava uma alfabetização sólida e segura. Existia um gabinete médico, dentário, e um enfermeiro para situações de emergência. Após três anos de alfabetização, os alunos do Jardim se tornavam Doutores do ABC, numa festa de formatura que tinha o padrinho e o orador da turma, todos vestidos a rigor. Foi a instituição modelo na área pré-escolar durante muitos anos.

No início dos anos de 1940, o reverendo Antonio dos Santos, seu marido, foi transferido pela Missão para Itabuna, na Bahia, levando consigo a família. Depois de sua morte, Penélope foi morar no Rio de Janeiro com o seu filho Lysias Magalhães dos Santos, onde, em 1982, faleceu e foi sepultada.

Mesmo sabendo não ser possível reproduzir as causas, é possível inferi-las a partir dos seus efeitos. E estes demonstram a importância daquela professora na educação sergipana, pois “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las” e cabe ao pesquisador a tarefa de reconstruir trocas e transformações culturais ocorridas em determinada época e espaço (GINZBURG, 1989, p. 169, 177). Mesmo não sendo possível fazê-la falar, pode-se falar em seu lugar, das realidades de sua época, de suas intenções e ações, assim como das intenções e ações que interditaram sua presença no cenário educacional sergipano. É possível inferir que o fato dela ser protestante num Estado que esteve sob a ação católica durante

séculos, provocou reações por aqueles que não viam com bons olhos a presença daquele outro grupo religioso. É necessário estar atento para o fato de que “o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”. (GINZBURG, 2002, p. 42).

Há muito a pesquisar a respeito da atuação de Penélope, que, juntamente com outros intelectuais da educação em Sergipe, se engajaram e apoiaram o movimento da Escola Nova. Levando em consideração que é possível “conjecturar o invisível a partir do visível, do rastro” (GINZBURG 1989, p. 57), os resíduos das ações de Penélope, localizados à margem da historiografia educacional sergipana e talvez ocultados intencionalmente, revelam disputas e tensões entre grupos que tinham projetos distintos propostos para aquela sociedade. O pesquisador não pode esquecer-se ao avaliar as provas que, “todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”. (idem, p. 43). A documentação da Escola Normal, do Jardim de Infância Augusto Maynard Gomes, assim como os Relatórios da Instrução Pública, são objetos de análise que realizo e que pretendo trazê-los num outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M^a Ritta. **A mulher na literatura**. Aracaju: Casa Ávila. Tese apresentada ao Atheneu Pedro II para concorrer à livre docência da cadeira de Literatura, 1929.

GALVÃO, Sancha dos Santos. *Saudosas memórias*. Memórias da vida de uma professora evangélica no sertão do Brasil. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Swedenborg Ltda, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. V. 1, 1984.

SOUZA, João T. **Cinquenta anos de evangelismo**. Aracaju: Texto mimeografado, 1934.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. Maceió: EDUFAL; Aracaju: Unit, 2007.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1884-1913)**. São Cristóvão: UFS/NPGED, 2004.

VILAS-BÔAS, Ester Fraga. "A influência da pedagogia norte-americana em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais". In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Jul/Dez, nº 2. Campinas: Editores Autores Associados, 2001.

VILAS-BÔAS, Ester Fraga. "Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX". In: **Revista do Mestrado em Educação**. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão: UFS/NPGED. V. 4, p. 67-86, 2002.

ARACAJU NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Andréa do Amaral Costa Menezes²³

aacmenezes@ig.com.br

Menilton Menezes²⁴

menezesmenilton@ig.com.br

Universidade Federal de Sergipe-GEPHE

Lucio Madureira Vieira dos Santos²⁵

FAPESE

madureiravs@ig.com.br

"Fundada em 1855, Aracaju foi uma das primeiras cidades projetadas do Brasil, criada para ser a nova sede da província de Sergipe. Em função das dificuldades de transferência de todo aparato judicial e administrativo, a Comarca de Aracaju só seria criada dois anos após a mudança da capital" (Arquivo Judiciário)²⁶.

Falando de uma jovem cidade de 153 anos de fundação é merecedor destacar sua potencialidade cultural no contexto da cultura nacional. O objetivo do artigo é destacar parte de intelectuais que contribuíram com o desenvolvimento e construção da História da Educação de Aracaju a partir da segunda década dos noventa. Nesse artigo vamos falar dos centros de saber e excelência galgada no espaço escolar que abrigava os intelectuais, responsáveis pela formação educacional dos indivíduos. A metodologia empregada através de levantamentos bibliográficos, no Centro de Memória da Ciência e

²³Estudante de Pós-Graduação *Latu-Sensu* em Metodologia do Ensino da Matemática da Faculdade São Luís - Aracaju. Curso Superior em Matemática Licenciatura e Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes-Aracaju/SE. Membro do "Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação": "Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares" do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS. E-mail: aacmenezes@ig.com.br

²⁴ Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe. Membro do "Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação": "Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares" do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS. E-mail: menezesmenilton@ig.com.br

²⁵ Estudante de Pós-Graduação *Latu-Sensu* em Metodologia do Ensino Superior FAPese/UFS - Aracaju. Curso Superior Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes-Aracaju/SE. E-mail: madureiravs@ig.com.br

²⁶Arquivo judiciário: www.tj.se.gov.br Port80

Tecnologia (CMCTS), livros, arquivos eletrônicos e experiências vividas e contadas pelos autores.

Os cursos universitários instalados em Aracaju permitiram um grande desenvolvimento industrial e intelectual. Nomes ilustres fizeram com que Aracaju despontasse no cenário nacional, nas diversas áreas de conhecimento com grupos de pesquisas em Educação, Medicina e Química. No prefácio do livro *Historiografia Educacional Sergipana*, escrito pela nobre professora e pesquisadora Maria Thétis Nunes encontramos relatos históricos importantes cujas reflexões estão de acordo com Jorge Carvalho de Nascimento. A História da Educação de Sergipe começa a se evidenciar a partir de 1916, depois em 1951, sofre um impulso em 1958 com intensificação na década de 80. Com o Manifesto da Escola Nova, a educação foi impulsionada com a criação do Ministério da Educação e de Faculdades de Filosofia. Nessas Faculdades são criados curso de Pedagogia com inclusão do curso de História da educação. Com esses novos cursos são publicados vários trabalhos sobre a evolução educacional no Brasil, ecoando em Sergipe e em todo território nacional. O avanço dos estudos em História da Educação no Estado de Sergipe, na última década, permite, provisoriamente, uma única conclusão: há muito por fazer, porque cada época tem de reescrever a história, sendo impossível um resultado definitivo ou uma síntese final". (Nascimento, 2003). O trabalho de Adolfo Ávila Lima "Esboço histórico da instrução pública no Brasil" é um espelho do interesse demonstrado pela História da Educação na segunda década do século XX. A esperança de uma Aracaju universitária começou a se propagar na terceira década, com as reformas educacionais do presidente Graccho Cardoso durante o seu governo de 1922/1926. O interesse de Maurício Graccho Cardoso em implantar o curso superior no Estado é observado na obra do intelectual Helvécio de Andrade. A pretensão do então presidente da província não era alcançar os limites pedagógicos. Frisamos-nos que, no estudo realizado por Nascimento²⁷, mostra que a Escola de Química em Sergipe tem uma trajetória que começou em 1923, criada com o desejo de aumentar os conhecimentos para poder desenvolver Aracaju no âmbito industrial, social e econômico. Com o curso superior, levaria ao desenvolvimento de sua indústria, a expansão de seu comércio, e à transformação da mentalidade dos sujeitos. Para que tudo isso acontecesse foi fundado pelo presidente Maurício Graccho Cardoso, logo após a criação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo, e do Instituto Nacional de Tecnologia – INT, no Rio de Janeiro, o Instituto de Química Industrial de

²⁷NASCIMENTO, Jorge Carvalho. "Ensino, pesquisa e memória: problemas metodológicos para o estudo da História da pesquisa e do ensino da Química em Sergipe (1923-1926)". In: **Cadernos UFS: Química e Educação**. São Cristóvão, editora da UFS, 2004. p. 77-96.

Sergipe. Em Aracaju, foi o Instituto de Química Industrial de Sergipe, atualmente denominado Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe "ITPS" fundado em 1923ⁱⁱ²⁸ a se dedicar ao campo de pesquisa e ensino, três anos após a fundação da primeira universidade, se colocando no caminho do desenvolvimento como uma capital culturada.

Em 1949, conforme o Decreto 26.928 de 24 de julho de 1949²⁹ foi instalado o curso de Química Industrial pela autorização do Conselho Nacional de Educação no mês de julho, sendo regulamentado o funcionamento da Escola de Química em Sergipe em dezembro do mesmo ano³⁰. Nesse período (1947/1951), administrava Sergipe o professor José Rollemberg Leite, possuidor de uma das profissões imperiais, a Engenharia (Coelho, 1999) reformou a Educação de Sergipe, implantou o ensino superior, fazendo desse modo que intelectuais reativassem a história educacional de Aracaju. Uma obra que retrata esse novo período é "Ensino Público em Aracaju (1830/1871)" do professor José Calazans, escrita no primeiro ano da década de 50.

Para Nascimento (2003), os textos escritos por Maria Graças Azevedo, em 1949 e o de Adolfo Ávila Lima, são os primeiros textos de História da Educação produzida em Sergipe, denominada por ele como história de ilustração, compondo o início da história de Aracaju. Continuando com apropriação das reflexões de Nascimento, o termo ilustração é empregado com o mesmo sentido dado por Roque Spencer Maciel de Barros. O autor afirma que o movimento ilustrado foi assumido pelos intelectuais brasileiros do século XIX que, 'sob forma nova, de certo modo desempenhou um papel semelhante ao do iluminismo na Europa do século XVIII. O que se pode idealizar de tudo isso, é a auto confiança que o povo deve ter na Ciência e a convicção que a educação é a ferramenta indispensável para homens de ofício e de bons costumes.

A historiografia de Sergipe com compromisso com os métodos da História vivida, cabe ao professor Calazans, ser pioneiro no rigor metodológico, trazendo à tona os movimentos estudantis, as instituições escolares e as práticas educacionais como objetos para construção da História da Educação de Aracaju. Foi através de seus textos que é estabelecida a periodização da História da Educação de Aracaju. No primeiro período a historiografia retrata sobre a mudança da capital para Aracaju e as implicações na educação, de 1830 a 1855. A outra etapa de temporalidade 1855 a 1871 corresponde ao segundo período, cuja preocupação é a reforma no sistema educacional relatando as

²⁸Cf. SERGIPE. Decreto 825, 27 de junho de 1923, APUD NASCIMENTO, 2004. p. 78

²⁹ Cf. BRASIL. Decreto 26.928 de 24 de julho de 1949 APUD NASCIMENTO, 2004. p. 78.

³⁰ Cf. SERGIPE. Decreto 161, de 31 de dezembro de 1949 APUD NASCIMENTO, 2004. p. 78.

dificuldades com a implantação das cadeiras de Filosofia, Latim, Francês como também propala o sucesso do ensino feminino e a participação masculina no ensino. Continuando o desenvolvimento de Sergipe vários trabalhos foram relatados contando às etapas que permitiram Aracaju trilhar na civilização.

De acordo com Menezes e Santos (2007) após a segunda guerra mundial eclodiu no país uma "onda desenvolvimentista" no qual se viu na industrialização a possibilidade de crescimento econômico e avanço tecnológico, no país. Segundo Xavier, [...] o ideário desenvolvimentista alimentou-se do clima do otimismo que se sucedeu ao término da Segunda Guerra Mundial³¹.

Seguindo as pegadas daquele ideário, o Estado de Sergipe buscou alternativas para o seu desenvolvimento. A onda desenvolvimentista levou os intelectuais sergipanos a se organizarem em torno da causa do desenvolvimento. Nesse sentido Sirinelli afirma

[...] os intelectuais organizam-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar³².

Os intelectuais sergipanos, precisavam também compreender a realidade sócio-econômica do Estado para poder contrapor ao modo como o desenvolvimento econômico com base na oligarquia açucareira estava instalado. Em relação à educação, o propósito dos dirigentes do Estado era utilizar o sistema escolar preparando os indivíduos para o desenvolvimento da indústria. Dentro dessa expectativa precisava-se "[...] ampliar a oferta de mão de obra qualificada e formar quadros técnicos competentes para gerir a economia de Aracaju". Com a premissa de que a prosperidade sócio-econômica viria com a preparação de mão de obra qualificada seria necessária a industrialização ser associada à educação. O Estado de Sergipe na década de 50 não tinha mão de obra especializada que pudesse assumir as tarefas da indústria. Desse modo, Dr. José Rollemberg Leite realizou o sonho de muitas pessoas com a instalação da "planejada" Escola de Química, necessária para o desenvolvimento de Sergipe.

Nessa década, muitos cientistas estrangeiros vieram para o Brasil, em decorrência dos conflitos originados pós - Segunda Guerra Mundial. Aproveitando-se dessa situação, o Dr. Bragança arregimentou cientistas para compor o corpo docente do ITPS

³¹XAVIER, Libânia Nacif. "Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo". In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia e GONDRA, José Gonçalves. **Educação no Brasil: História, Cultura e Política**. Bragança Paulista, EDUSF, 2003. p. 488.

³²SIRINELLI. op. cit. p. 248.

e da Escola de Química de Sergipe. Rebuscando os documentos arquivados no Centro de Memória Científica e Tecnológica de Sergipe (CMCTS) foi encontrado até o presente momento o registro de dois estrangeiros de origem romena e um polonês, que se fixaram em Sergipe, convidados pelo Dr. Bragança: Dr. Petru Stefan, Dr. Leônidas Gheorghe Tancu e Dr. Czeslau Yon. Não é descabido afirmar que, sem a presença desses professores na constituição do Curso Superior de Química como na formação dos técnicos para indústria, o desenvolvimento sócio econômico teria atrasado por várias décadas. Notório lembrar os benefícios deixados em Aracaju na formação educacional, permitindo uma solução de continuidade nos quadros docente da Escola Superior de Química. O que esses intelectuais fizeram foi na busca de promover desenvolvimento industrial, uma nova civilização na província que se arrastava para acompanhar as transformações nacionais. Quando se fala em civilização não é permitido deixar de se apropriar de Felisbello Freire. Conforme Alves dos Santos (1998), na historiografia de Felisbello significa um determinado estágio de desenvolvimento. É a realização de uma sociedade, em condições desejáveis, caminha rumo à civilização que neste caso se confundem com uma meta da evolução. Foi esse estágio, dos estrangeiros, o caminho para evolução de Aracaju. Em março de 1950, Petru Stefan iniciou sua contribuição no desenvolvimento de Aracaju conforme o contrato assinado.

Aos vinte e três dias do mês de março de 1950, numa das salas térreas do palácio de Governo, onde funciona o Serviço de pessoal, presente de um lado o Governo do Estado, representado na pessoa do Diretor de Serviço de Pessoal, e do outro o engenheiro Petru Stefan, foi concluído este contrato: O Sr. Aloísio Vilas-Boas, Diretor do Serviço de Pessoal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o despacho do Sr. Governador, dado no ofício nº. 19/50 da Escola de Química de Sergipe, a cadeira de Física, do 1º ano, com as mesmas vantagens e obrigações dos demais professores (SERGIPE, 1950a, p. 196).

Destacamos a escolha do professor Petru Stefan, um dos objetos deste estudo, dado ao fato dele ter ocupado um lugar singular no panorama cultural e político sergipano, na década de 1950, e ainda por ter contribuído para o desenvolvimento tecnológico e educacional do Estado de Sergipe, onde se mostrou preocupado em estudar as reservas minerais do Estado, produziu livros e preparou um corpo de profissionais que povoaram as indústrias sergipanas, na mesma década. Outro intelectual que participou do desenvolvimento de Aracaju na formação dos indivíduos, professor Gheorghe Leônidas Tancu, um dos estrangeiros ilustres que se radicou em Aracaju (Sergipe) trazendo no

seu intelecto uma gama de conhecimentos muito úteis para o desenvolvimento industrial e para o ensino superior na área de Química e Física. A formação se dá a partir das experiências ao longo da vida e conforme Josso, a formação é a partir do conhecimento sobre si próprio. Ao narrar determinadas histórias é procurado mostrar como os indivíduos vivencia e experimenta o mundo. Souza afirma que educação é a construção e re-construção de histórias pessoais, sociais, coletivas e individuais dos atores que constroem o cotidiano, a cultura escolar. Muitas motivações permitiram incluir o seu nome nesse artigo e entre essas foram suas obras didáticas deixadas e os laboratórios montados no Instituto de Pesquisa de Sergipe (ITPS) e na Escola de Química de Sergipe na década de 50 do século XX. Pode-se afirmar que seus escritos deixados contribuíram muito no ensino superior, pois livros didáticos eram raros e a maioria escrita em língua estrangeira. O professor Leônidas Tancu procurava transcrever todos os seus conhecimentos em impressos para ser fornecido aos alunos para melhorar a aprendizagem. Uma característica do professor é que ele escrevia muito e, muitas vezes, era admirados pelos seus discentes ao ver como ele encarava a ciência e o zelo na transmissão de novas competências. A vocação acadêmica que trazia no seu âmago permitiu que o propósito de produzir conhecimento fosse concretizado de 1950 a 1978 quando se afastou das funções acadêmicas. A abordagem desse artigo se insere na temática da História da Educação enfatizando a história de uma das instituições educacionais, como propôs o professor José Calazans, mais importante no estado de Sergipe - a Escola Superior de Química e do Instituto de Tecnologia de Sergipe. O processo de construção do corpo docente para Escola instalada foi iniciado. A contratação de Leônidas Tancu, Engenheiro de Minas, técnico contratado pelo Instituto de Pesquisa de Sergipe, para compor o corpo docente, ocorreu inicialmente em caráter precário como professor da cadeira de Física, até que seja a cadeira efetivamente preenchida por concurso de Provas e Títulos. Suas qualidades de intelectual foram observadas pelo relatório do inspetor federal Affonso Moreira Temporal dirigido ao Diretor do Ensino Superior Dr. Jurandir Lodi, ao afirmar que os professores que presentemente têm exercício, na Escola de Química de Sergipe, são pessoas de real valor moral e intelectual que ensinam e dão exemplo no cumprimento do dever, pela competência, zelo e pontualidade, além de manifesto interesse pelo desenvolvimento dos alunos, quando, em horário diferente, utilizam os laboratórios e aparelhos do Instituto de Tecnologia e Pesquisa para elucidações e explicações suplementares. Os pressupostos da metodologia de pesquisa sobre História de vida, permitiram escolher o

professor Leônidas Tancu para investigar sua trajetória no Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS) e como professor da Escola de Química de Sergipe.

Podemos afirmar que a migração do professor Leônidas Tancu, para o Brasil se instalando em Sergipe, dentre outros estrangeiros, contribuiu para melhoria e desenvolvimento das indústrias locais aflorada no Brasil-Sergipe por motivo da segunda guerra mundial e pela formação de novos técnicos e professores contribuindo na formação sociocultural, política e, de importância inigualável no sistema educacional no Curso Superior da Escola de Química de Sergipe criada nos meados do século XX, concretizando parte dos ideais traçado pelo professor Antonio Tavares de Bragança, comandante da equipe técnica do I.T.P.S. Nesse mesmo ano foi contratado em regime precário como professor da cadeira de Física em dezesseis de fevereiro, tornando-se catedrático, padrão S. A partir dessa data iniciou-se sua contribuição para implantação do curso superior de Química e mais tarde o curso de Física Licenciatura.

Para Catani (2003) "O reconhecimento das potencialidades educativas do trabalho com os relatos de formação apoia-se na idéia de que a espécie de reflexão favorecida pela constituição da história individual de relações e experiências com o conhecimento, a escola, a leitura e a escrita permite interpretações férteis de si próprios e de processos e práticas de ensinar". "A história de vida está sendo utilizada para construir os acontecimentos da arquitetura de sua existência e não apenas como puros relatos factuais." Leônidas Tancu, era considerado pelos seus colegas do Instituto e da Escola de Química como um profissional cientificista de pensamento progressista capaz de atravessar as aparências e os limites do tempo. Como estrangeiro procurou se dedicar à ciência local desenvolvendo todo seu conhecimento científico em prol do desenvolvimento industrial de Sergipe como se fosse sua terra natal e para comprovar seu amor pela terra que o abraçou tornou-se sergipano pedindo sua naturalização ao governo federal conseguindo o seu aceite em treze de agosto de 1968, tornando-se cidadão brasileiro por livre opção. Seu estudo sobre a salgema e riquezas minerais foi um dos veículos que mostrou a viabilidade e possibilidade de implantação da Petrofértil, e construção do projeto de implantação do Pólo Cloro Químico de Sergipe. Em decorrência das informações contidas no trabalho "Jazidas de Calcário no Estado de Sergipe" foi aberto o caminho para implantação das Indústrias de Cimento em Sergipe e fábrica de Cal. Na trajetória de contribuições continuada são apontadas às relacionadas com a construção civil que por meio dos ensaios realizados para verificar a resistência dos materiais favoreceu a construção dos principais edifícios existentes no Estado de Sergipe. Uma obra importante publicada em Aracaju foi a relacionada com a Bacia

Costeira do Estado de Sergipe de Fritz-Bender, tradução do alemão e publicado em outubro de 1961 pelo I.T.P. S sob o título "Contribuição ao Estudo da Bacia Costeira do Estado de Sergipe. Continuando com propósito de contribuir na construção da História da Evolução de Aracaju nos meados dos noventa do século XX, temos a participação também do professor estrangeiro Czeslau Yon, como parte integrante da Escola Superior de Química e do Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS).

Sabe-se que a Educação Brasileira floresceu a partir da República, depois de ter passado por um período turbulento da política pombalina na educação imperial, denominada por Faria Filho [...] "como nossa idade das trevas ou como um mundo onde, estranhamente as idéias estão continuamente fora de lugar" [...].

Período caracterizado por Fernando de Azevedo como um momento em que a escolarização primária nos oitocentos não estava acabada, precisava ser concretizado. Fatos referenciados em seu livro "A Cultura Brasileira". Em Aracaju a presença de Brício Cardoso na Escola Normal, diretor do estabelecimento passou a usar um novo método de ensino, experimental do educador inglês Joseph Lancaster. O método tornou-se conhecido como mútuo ou lancasteriano. O que tinha de inovador é o uso dos próprios alunos como auxiliares do professor, logicamente aqueles mais adiantados, deixando de lado o modelo individual; a visão que se tinha pelos seus adeptos é de que atingiria um maior número de pessoas.³³ O que desejavam os adeptos do método era a economia de tempo. Faria Filho entende que esse "método aparecia para os defensores como uma arma poderosa na luta para fazer com que a escola atingisse o maior número de pessoas". Inovação essa empregada em Aracaju por Brício Cardoso para evolução do sistema educacional. A Educação de Sergipe estava precisando sair do período das trevas, se desenvolverem, acompanhar o desenvolvimento industrial que se alastrava pelo mundo. Para que tudo isso acontecesse seria necessários profissionais competentes e pela escassez o caminho era contratar estrangeiros que imigrava para o Brasil. Mais um desses intelectuais foi convidado para desenvolver o ensino em Aracaju, Czeslau Yon. A educação de Aracaju tem agradecimento pelos feitos do Professor Engenheiro de Minas e Civil José Rollemberg Leite, governo de Sergipe por duas vezes, 1947/1950 e 1975/1979. Segundo o professor Bonifácio Fortes, o capitão Milton Azevedo, do grupo político do general Maynard Gomes (interventor de Sergipe) investiu-se na interventoria, José Rollemberg Leite, então professor catedrático do Atheneu, assumiu o órgão responsável pela Educação do Estado e a direção da Escola Normal Rui Barbosa.

³³ Para ler sobre a divulgação do método mútuo no Brasil ver: Maria Helena Câmara Bastos e Luciano Mendes Filho (orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

Também instalou o ensino profissionalizante em Aracaju o "SENAI". No seu primeiro governo escreveu "Durante esse mandato dediquei-me com grande interesse à melhoria do sistema educacional". O primeiro estabelecimento de ensino secundário (ensino médio) construído no interior foi realizado por ele na cidade de Itabaiana Colégio Estadual Murilo Braga servindo até hoje à educação. Para o desenvolvimento de Aracaju foi marcante para todos os cursos superiores instalados. Em 1949 criou a Faculdade de Química e um ano após a de Ciências Econômicas. Indiretamente ajudou a manter a faculdade de Filosofia e Direito. O campo da História da Educação em Aracaju foi construído conforme Nascimento (2007) por um grupo que segundo ele é uma espécie de "Santíssima Trindade" da historiografia sergipana. Os livros destacados escritos pela tríade, José Calazans "O ensino público em Aracaju-(1830-1871)", José Antonio Nunes Mendonça "A educação em Sergipe" e Maria Thetis Nunes "História da educação em Sergipe" caracterizaram o campo inicial da História da educação em Aracaju com o rigor metodológico. A Educação em Aracaju atinge o ápice a partir da década de noventa. Com a participação de professores da Universidade Federal de Sergipe, principalmente a de Jorge Carvalho do Nascimento e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas a História da educação tem se desenvolvido dentro da Nova História Cultural. Para manter a formação do campo criaram o "GEPHE" Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais da Educação, Instituições Escolares e Práticas Escolares, para formação de novos valores. Manoel Cabral Machado, da UFS, escreveu 40 anos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe narrando fatos dos intelectuais que construíram também a História de Aracaju.

Para desfechar a História da Educação de Aracaju, termino com as idéias de um dos maiores intelectuais sergipanos Silvo Romero, lagartense desde 1851. Inicialmente adepto das idéias de Augusto Comte e combatente da metafísica. Com o passar dos anos abandonou o positivismo, reformulou suas idéias com base nos intelectuais evolucionistas e monistas – em seu sentido mais geral designa uma teoria ou interpretação desenvolvida em termos de um único princípio (Nascimento, 2007).

As críticas ao positivismo passaram a ser à base de sua interpretação em seus inscritos. Uma obra desse estilo é "Doutrina contra doutrina". O afastamento das idéias positivista segundo Jorge Carvalho é porque ele "Via no positivismo um sistema tumular que encarcera consciências através de um catecismo feroz e agressivo, sem qualquer vinculação com a índole nacional".

Concluo esse artigo, sabedor da gama de muitos conhecimentos que tem a dizer desses intelectuais e de outros não citados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Dílson Menezes. "A Construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do do
- CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUSA, Cynthia Pereira de; SOUZA, Maria Cecília C.C. de (2003). "Docência Memória e Gênero: estudos sobre formação". S. Paulo: Escrituras Editora, 2003.
- "CONDESE (1964-1982)". São Cristóvão, 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.
- COELHO, Edmundo Campos. "As Profissões Imperiais" – Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro de 1822 – 1930. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 1999.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira, Galvão, Ana Maria de Oliveira. "História da Educação". Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACHADO, Manoel Cabral. 40 anos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe In: Caderno de Cultura do Estudante. Aracaju, v. 1, nº 08, p. 127-133. 1991.
- MENEZES, Menilton; SANTOS, Vera Maria dos. Petru Stefan: Química, Física e Geografia. In: Anais II CIPA-Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto) biográfica - tempos, narrativas e ficções: A invenção de si. Salvador: EDUNEB, 2006. 1 CD-ROM.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Ensino, pesquisa e memória: problemas metodológicos para o estudo da História da pesquisa e do ensino da Química em Sergipe (1923-1926). In: Cadernos UFS: Química e Educação. São Cristóvão, vol. VI, editora da UFS, 2004. p. 77-96.
- SANTOS, Fábio Alves dos. Olhares de Clio sobre o universo educacional. Um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS – 1996-2002. São Cristóvão, Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História do Centro de de educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

XAVIER, Libânia Nacif. "Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo". In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia e GONDRA, José Gonçalves. Educação no Brasil: História, Cultura e Política. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

OUTROS DOCUMENTOS:

ARQUIVO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA DE SERGIPE.

Relatório apresentado do Diretor do ensino superior pelo Inspetor Hermilo Affonso Guerreiro relativo à escola de Química de Sergipe. Aracaju, 1949. Cx. 06/613.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO MASCULINO EM ARACAJU E O SURGIMENTO DA DISCIPLINA DE DESENHO NO SÉCULO XIX

Danielle Virginie Santos Guimarães
danielle.virginie@yahoo.com.br

Graduada em Artes Visuais – Universidade Federal de Sergipe

Este artigo é resultado dos estudos realizados na disciplina Tópicos Especiais em Educação: historiografia educacional sergipana, ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, que cursei em caráter especial no período 2007/1. O interesse em escrever um artigo sobre esse tema surgiu quando, durante a leitura da obra de José Calazans, pude perceber a presença do desejo da implantação de disciplinas de artes nos currículos escolares do século XIX.

Durante toda a primeira metade do século XX, apenas quatro trabalhos de História da Educação foram produzidos em Sergipe. Destes, certamente o estudo do professor Calazans é um marco fundador e pode ser considerado pioneiro desse campo, tendo Sergipe como objeto.³⁴

Ainda segundo Jorge Carvalho do Nascimento "o primeiro estudo de História da Educação em Sergipe do qual se pode afirmar que tinha um compromisso com os métodos da História e que buscou entender o processo efetivamente vivido, é o artigo do Prof. José Calazans [...]".³⁵

³⁴NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003. p. 23

³⁵NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Op. Cit. p. 48

O escrito do professor Calazans ao qual a citação acima faz referência é *O ensino público em Aracaju: 1830-1871*, escrito em 1950. Em seu artigo, Calazans faz importantes considerações sobre a história do ensino público na capital de Sergipe, desde antes desta ser proclamada capital. Calazans divide seu estudo em três períodos, avaliando de início os dois primeiros relacionados ao século XIX, admitindo para tanto que a delimitação das fases é feita a partir das realizações partidas do poder público e sua grande influência no processo de desenvolvimento educacional de Aracaju.

No primeiro período, delimitado entre 1830 e 1855, houve a primeira tentativa de se fundar uma cadeira primária em Santo Antonio do Aracaju no ano de 1830, que foi frustrada devido à delicada situação financeira pela qual passava a província.

A situação educacional refletia bem a realidade social da província. Apesar do impulso recebido pela educação brasileira com a chegada da corte portuguesa em 1829 só existiam, na província de Sergipe, 30 cadeiras de primeiras letras, localizadas na capital e nas vilas.³⁶

Em Aracaju somente em 1835 foi autorizada a criação de uma cadeira para o ensino masculino, que não chegou a funcionar. Efetivamente seria em 1848 que Aracaju teria sua aula de primeiras letras para meninos. Essas aulas funcionavam com bastante precariedade “na capital e sobretudo no interior da Província. As precárias condições das cadeiras do Aracaju, deixam bem claro o que deveria ocorrer no resto de Sergipe”.³⁷

Calazans fundamenta a precariedade do ensino, por ele exposta, apresentando as fontes por ele consultadas. Destacou os pedidos de materiais, documentos relativos à instrução pública, por ele encontrados no Arquivo Público do Estado.

Já no segundo período em Aracaju nas aulas de primeiras letras as disciplinas ministradas foram Leitura e Caligrafia, Gramática da Língua Nacional, Teoria e Prática de Aritmética e Regra de três. A má situação em que se encontravam as aulas públicas favoreceu a ascensão das aulas particulares por volta de 1865. Somente em 1868, Aracaju inaugurou sua segunda cadeira de ensino masculino.

As aulas públicas para meninos em Aracaju não mostraram grande eficiência em virtude das dificuldades enfrentadas por professores e alunos. Se comparado ao feminino na década de 1870, “três aulas públicas primárias femininas funcionavam na capital com três professores, duas adjuntas e duas alunas mestras, enquanto as cadeiras

³⁶NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I** (1820/1840). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. p. 14

³⁷CALAZANS, José. “Ensino público em Aracaju (1830-1871)”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. XV, nº 20, p. 93-120, 1949-1951. p. 12

para meninos estavam servidas por dois professores, dois adjuntos e um aluno mestre".³⁸

O presidente Salvador Correia de Sá e Benevides propôs a criação de um colégio de Educandos em Aracaju. Nessa escola os meninos teriam aulas de primeiras letras, ofícios mecânicos, música instrumental e vocal além de desenho linear. Mesmo sem ser implantada, nessa proposta, aparece pela primeira vez na nova capital a intenção de incluir disciplinas de artes no currículo.

Ana Mae Barbosa ao contar a história do ensino de artes no Brasil afirma que o Marquês de Pombal, em Portugal, idealizou e realizou uma reforma educacional que atingira as Ciências, Técnica e as Artes Manuais, categorias outras vezes ladeadas pelos Jesuítas. No Brasil a reforma metodológica imposta por Pombal, acabou abrindo novas perspectivas para o ensino de arte, mais especificamente o de desenho.

O Seminário Episcopal de Olinda, fundado em 1800, incluiu o desenho em seus programas e embora não sejam conhecidos os métodos do ensino desta disciplina, a sua inserção no currículo apresentava-se como uma inovação no tratamento de artes. Também no início dos oitocentos, reforçando a análise anterior, houve a instalação da aula pública de Desenho e Figura também em Pernambuco.

É preciso esclarecer, antes de tudo, que o ensino da arte na escola secundária e primária se resumia ao ensino do desenho.³⁹

No século XIX o desenho era o principal elemento do ensino de artes. No final da primeira metade do século XIX, já com os jesuítas tendo retornado ao Brasil, o ensino de arte (primário e secundário) é resumido ao desenho por este, provavelmente, favorecer ao desenvolvimento do escrever. Nesse período o ensino de artes era encarado como uma forma de adorno. Nessa perspectiva, o ensino de desenho surge como reiteração dessa imagem equivocada e de forma sutil, passou a ser presença freqüente nos currículos de ensino pelo país, ainda que, como um suporte para outras disciplinas como a caligrafia, por exemplo. Era o início da inclusão de disciplinas de artes nos programas de ensino primário e secundário no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

³⁸CALAZANS, José. Op. Cit. p. 19

³⁹BARBOSA, Ana Mae.(org.) **Arte-Educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 33.

BARBOSA, Ana Mae.(org.) **Arte-Educação no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CALAZANS, José. "Ensino público em Aracaju (1830-1871)". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. XV, nº 20, p. 93-120, 1949-1951.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820/1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

O ORATÓRIO FESTIVO SÃO JOÃO BOSCO HISTÓRIA E MEMÓRIA

Josineide Siqueira de Santana – Universidade Federal de Sergipe
josimorena@bol.com.br

Nadja Santos Bonifácio – Universidade Federal de Sergipe –
nad3sb@bol.com.br

Apresentação

A pesquisa em andamento contempla o estudo sobre o Oratório Festivo São João Bosco, observando a categoria "cultura escolar" (JULIA, 2001, p. 09), que será analisado através de recursos como fotografias, depoimentos orais e escritos, memórias, relatórios, e outros para tentar revelar o cotidiano escolar do orfanato e com isso compreendermos seus costumes, a socialização entre alunas internas e externas, a relação com seus dirigentes e professores, bem como, entendimento dos métodos, normas e hábitos utilizados na referida instituição.

A instituição foi fundada por Genésia Fontes nasceu no povoado de Riachão do Dantas, província de Sergipe, em 22 de setembro de 1890, na Fazenda "Engenho Bom Jardim". Era a quarta filha do casal Sr. Sisino Martins Fontes e D. Maria Prima de Carvalho Fontes. Em 1912, sua mãe transferiu-se com toda família para Aracaju, chegando na cidade Genésia filiou-se à Associação das Damas de Caridade da Igreja de São Salvador, organizado pelo Mons. Francisco Gonçalves Lima. Desde então, começou sua trajetória de apostolado catequético que iam por caminhos entre a "Fonte da Caatinga" – atual Praça da Bandeira, aos mangues do "Carro Quebrado" – atual "bairro São José".

Nesse local do "Carro Quebrado", D. Bebé, organizou um "núcleo catequético", com trinta meninas. Leyda Regis, em seu livro, *Bebé: subsídios para uma biografia*, escrito em homenagem a Bebé, informa o nome de cinco meninas – "Márcia, Lindaura, Esmeralda, Maria José e Clotildes" (REGYS, 1968, p. 26). A fundadora do Oratório faleceu em 14 de setembro de 1960.

O trabalho tem como objetivo analisar a formação do Oratório Festivo São João Bosco, instituição fundada em 1914. Será analisado nesse trabalho, a localidade que se encontra, as mudanças na arquitetura da instituição desde suas origens e sua função na sociedade. Como fonte serão utilizados documentos oficiais, fotografias, entrevistas, jornais entre outros. A pesquisa de cunho documental e bibliográfico de perspectiva histórico-cultural, pretende mostrar a instituição como parte do patrimônio histórico de Aracaju

Constituição da Instituição: Oratório Festivo São João Bosco

Desde sua fundação, em 1914, até chegar ao local atual, a instituição passou por vários diversos lugares. O núcleo tem início em 1914 no domicílio de uma senhora chamada Ciciliana Praxedes que cedeu a sala de sua casa para D. Genésia desenvolver o ensino de catecismo as meninas. A casa ficava num lugar chamado Várzea do Coelho no Carro Quebrado,

Em 1917, D. Genésia transferiu o núcleo catequético para outra casa adquirida com a venda de trabalhos manuais e doações de algumas pessoas da comunidade próxima. Nessa época, a sede atendia filhas de mães que precisavam trabalhar, onde ficavam em tempo integral, era oferecido ensino de primeiras letras, comida, recreação e, principalmente o catecismo. No início era uma casa de taipa e palha, com um só vão, onde:

(...) eram dadas, pela manhã aulas do curso primário pela oratoriana bem mais adiantada que as outras, pois cursava o 2º ano da Escola Normal, Maria de Andrade Paula; à tarde, Bebé ensinava trabalhos manuais, serviços domésticos, religião, havendo um horário para divertimento e, aos domingos e dias santificados, para a assistência à missa na capela da Tebaida. (REGYS, 1968, p. 28).

Em 1919, ocorre nova mudança de local, desta vez definitiva, mais próximo a Tebaida, isto é, mais próximo da propriedade dos Salesianos. O terreno foi adquirido de doações das damas da elite sergipana, D. Marieta Cruz e D. Maria Gomes da Cunha cada uma doando respectivamente 200\$00 e 300\$00. O terreno foi comprado ao Dr. Albano Franco segundo dados existentes no livro de Leyda Regis. O conjunto do

Oratório limita-se com a rua Genésia Fontes, nome dado pela Câmara dos Vereadores em homenagem a fundadora após sua morte, rua de Ribeirópolis, rua de Gararu e a Avenida Desembargador Maynard.

Sua denominação inicial, como reza em seu estatuto, era de:

Beato D. Bôsko, tem sua sede à rua do Riachão, sendo sua duração por tempo indeterminado e tendo por fins o recolhimento, a instrução e educação de meninas menores pobres e órfãs, seguindo e observando os preceitos da Religião Católica Apostólica Romana, tendo como diretriz o modelo os ensinamentos e divinas lições de São João Bosco, seu patrono. (Estatuto do Oratório Festivo São João Bosco. DIÁRIO OFICIAL, ano XXX, nº 10.274, jul.1948, p. 02).

Em 1922, D. Genésia recebeu em sua sede, duas irmãs órfãs – Cecília, 4 anos e Guiomar, 6 anos – depois da morte da mãe. A partir deste ano o Oratório se constituiu em internato e a instituição aumentou consideravelmente o número de assistidas, oferecendo amparo espiritual e material.

A partir de 1928, foi inaugurado um novo prédio, havendo missa cantada e eucaristia, de catorze meninas, pela primeira vez. A planta arquitetônica do prédio ficou aos cuidados do Engenheiro Gentil Tavares, e aos poucos conjunto foi sendo construído, a partir de então, o Oratório começou a receber uma subvenção anual do prefeito da época Teófilo Dantas. Mesmo assim, a fundadora continuava a realizar festivais, quermesses, a pedir contribuições à comunidade, tudo “para manutenção da casa, ampliar as acomodações e poder receber maior número de assistidas”.

Como se observa no seguinte anúncio:

Está em preparos para o dia 29 do corrente mês às 3 ½ horas da tarde, um bello festival no Oratório Festivo D. Bosco, em Thebaidinha, nesta capital. As, duas distintas e piedosas diretoras organizaram esta festinha que conta de kermesse, etc. com o intuito exclusivo de melhorarem as condições financeiras de benemérita casa que dirigem. Todos catholicos conscientes dos seus deveres, têm a obrigação de vir em auxílio dessa benemérita instituição: ou digamos mais propriamente, têm obrigação de propagal-a porque deste modo procuram a felicidade de sua terra e de seus filhos. A festa, pois, todos que têm o coração bem formado. (A CRUZADA, ano VII, nº 24, nov.1952, p. 02)

Desta forma, o Oratório “São João Bosco” ampliou suas instalações, ficando assim constituído: internato, externato, a partir de 1952 foi construído o pensionato e o convento. Portanto, diante de explicações pertinentes para compreensão da constituição e formação do Oratório, devemos ainda enfatizar um dado importante sobre “a difusão de instituições católicas a partir da primeira metade do século XX” que se deu, devido “aos planos de expansão evangelizadora direcionados para educação” organizados pelos protestantes no Brasil, como explica Valéria Carmelita do Nascimento Santana, em seu

artigo O primeiro Bispo de Aracaju e a difusão do ensino religioso católico (1911-1948), apresentado no XVI EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, na Universidade Federal de Sergipe (SANTANA, jun.2003). Assim, com o propósito de frear essa ação protestante, a Igreja, através da atuação do Bispo D. José Tomás Gomes da Silva estabeleceu a regulamentação de instalações ou instituições de preceitos católicos, dentre elas, estava o Oratório Festivo “São João Bosco”.

Mesmo tendo existência desde 1914, a instituição não possuía um estatuto oficial. Quando de sua legalização, tal estatuto no seu capítulo I, artigo 1º, enfatiza as denominações, sede, duração e fins, como também a exigência para admissão e permanência das recolhidas. Desse modo as internas entravam no oratório aos 04 anos e deixavam a instituição aos 18 anos. As meninas ao sair do internato recebiam um “enxoval”, contendo roupas e outros acessórios necessários para seu uso inicial no lugar que fosse morar.

O Oratório Festivo São João Bosco foi uma entidade cujo objetivo era “recolher, instruir e educar meninas menores pobres”, preparando-as para viver de maneira digna e com comportamento aceitável na sociedade, educação que segundo seu estatuto serviriam para “lhes auferir honestamente meios de subsistência”, através de uma educação voltada para a vida doméstica, trabalhos manuais, aprendizagens de orações e cultuação dos ritos religiosos católicos. Preparação muito bem planejada e fundamentada através de compêndios de civilidade, cadernos de arte culinária e livros de leitura relativos a religião católica.

Conclusão

O trabalho teve como objetivo delinear a formação do Oratório, mostrando suas origens e sua contribuição no desenvolvimento da capital. Entidade que aos poucos foi se modelando ao seu entorno e ao cenário aracajuano com o intuito de abrigar e preparar, através de suas práticas, meninas para viver uma vida religiosa, serem boas esposas e mães dedicadas, muitas, conscientes de sua função na sociedade. A maioria delas, ao sair da instituição eram encaminhadas para trabalhar em casas da sociedade sergipana como: babás, domésticas, cozinheiras e outros serviços caseiros. Sobretudo eram requisitadas pela sociedade elitizada sergipana por terem uma educação planejada para funções domésticas e supostamente voltada para o recato e a religião. Mas também nesse espaço de formação de meninas órfãs e pobres saíram professoras, enfermeiras, funcionárias públicas, freiras, assistentes sociais e outras profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTATUTO DO ORATÓRIO FESTIVO SÃO JOÃO BOSCO. Diário Oficial. Aracaju/SE, p. 02, anno XXX, nº 10.274, 13 jul.1948.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, nº1. p. 08-43, jan/jul., 2001.

ORATÓRIO FESTIVO DE D. BOSCO: uma grande Kermesse na Thebaidinha. A CRUZADA. Aracaju/SE, p. 02, ano VII, nº 24, 15 nov.1952.

REGIS, Leyda. Bebê: subsídios para uma biografia. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1968.

SANTANA, Valéria Carmelita do Nascimento. O Primeiro Bispo de Aracaju e a Difusão do ensino religioso católico (1911 – 1948). XVI EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. São Cristóvão/SE, jun.2003. CD-ROM.

UMA HISTÓRIA DE GÊNERO: PAUS, PEDRAS E NAVALHADAS A SERVIÇO DA CRIMINALIDADE NO ARACAJU OITOCENTISTA (1855-1889)

Mateus Antonio de Almeida Neto⁴⁰

A segunda metade do século XIX foi marcada por intensas transformações sociais, políticas e econômicas no cotidiano da Província de Sergipe, entre elas podemos citar o 17 de março de 1855, dia em que por ato da Assembléia Provincial foi transferida a capital da Província, de São Cristóvão para Aracaju; tal fato, apesar de ter um ímpeto modernizador, pouco chamou as atenções dos habitantes da nova sede administrativa, visto que, até os anos de 1855 a nova capital era uma simples praia de pescadores, tendo provavelmente, à grande distância, sítios com casas lacustres, mas nas praias, apenas casas de pescadores⁴¹.

No entanto, o processo de crescimento da nova capital se confundia com a construção de espaços socialmente diferenciados, concentrando-se em realidades

⁴⁰ Estudante do Curso de História da Universidade Tiradentes – UNIT. telelneto@hotmail.com. Pesquisa orientada pela Prof. MSc. Sheyla Farias Silva.

⁴¹ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de, Pe. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju: FUNCAJU, Sercore, 2002, p. 207.

geográficas distintas com conteúdos antagônicos e com grandes contrastes paisagísticos, sendo um reflexo passivo na (des)ordem social e a expressão visível das distorções sociais.

Neste sentido, tornou-se comum definir as cidades brasileiras como um mosaico, ou seja, espaços de diferenças, elementos visíveis e invisíveis que a definem como um espaço de desigualdades. Contudo, o modelo centro-periferia⁴² no qual cresceu a cidade de Aracaju, contribuiu para questões sociais como: pobreza e a crescente desigualdade social, ou seja, problemas como habitações⁴³, dentre outros fatores, como a crescente criminalidade.

Seguindo este prisma, o trabalho pretende a partir da literatura referente à época, os processos crimes contidos no Arquivo do Judiciário de Sergipe e as novas pesquisas atreladas ao meio ambiente, avançar em algumas questões acerca da presença da face da criminalidade envolvendo as mulheres na Aracaju oitocentista (1855 – 1889); a última data refere-se ao fim do período imperial, visto que encerra a atuação do código criminal (1830) o qual já distinguia o comportamento adequado de homens e mulheres.

O desenvolvimento das cidades a partir da segunda metade do século XIX gerou uma mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo nas grandes cidades. Com a mudança da capital, Aracaju passou a incorporar uma nova massa de migrantes, miscigenando a população e os comportamentos sociais e culturais, criando uma necessidade de elaborar a cidade, esta acaba gerando uma massa populacional marginalizada e excluída, contribuindo para formação de uma sociedade que cria relações de violência.

O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema jurídico aos modos como são preparados os alimentos. (Elias, 1994, p. 23)

Em outras palavras, Norbert Elias afirma que o processo civilizador tem como corolário a transformação do homem em seu habitat, construindo a forma que o ocidente refere-se aos seus anseios e a sua organização social. Todavia, criada para ser capital da Província, Aracaju era tão somente uma vila de pescadores e de sitiantes.

⁴² Em relação a este modelo de cidade ver CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁴³ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE**. São Cristóvão, 2007.

A praia do Aracaju em 1855 era uma estreita faixa de terra muito baixa e alagável entre dunas, mangues e pântanos, sua vegetação era de cajueiros, aroeiras, cambuís, cambucás, gobirabas e alguns coqueiros. A praia do Aracaju era a água. Da água parada e da água dos riachos, do mangue e do rio ninguém escapava. (FORTES, 1955, P. 23. Apud: SANTOS, 2007, p. 65)

Diante dessas características, a nova capital “[...] demandou fortemente a necessidade de aterramentos para a construção das edificações e ruas, o que exigiu constante mão de obra” (SANTOS, 2007, P. 65). Inicialmente, o plano “Pirro” foi traçado numa estrutura urbana ortogonal bem simplificada, tornando essas terras as mais valorizadas do período, eram:

32 quadras simétricas de 110m x 110m (55 braças de lado), separados por vias de medidas iguais de 13, 20 metros (60 palmos), prevendo uma extensão do projeto para 1.188 metros (540 braças) iguais nas direções norte, oeste e sul a partir da atual Praça Fausto Cardoso” (SANTOS, 2007, p.64).

Dessa necessidade crescente de mão-de-obra para a edificação da cidade e foco dos grandes comerciantes da província e de outras localidades do Império, todos esperançosos de uma chance de fazer fortuna e aumentar os seus bens, assim chegava gente de todos os cantos, dentre eles muitos trabalhadores rurais e agricultores que deixavam suas funções no campo para o serviço urbano exigido pela montagem da capital, sendo que no primeiro ano da mudança, Aracaju recebeu mais 200 homens vindo do interior⁴⁴, principalmente das vilas de Simão Dias, Campos, Itabaianinha, Itabaiana e Socorro⁴⁵.

Segundo Santos (2007, p. 69), baseado pelo recenseamento realizado no final do ano de 1854 pelos delegados e subdelegados de polícia de toda à província e oferecido ao público em 23 de maio de 1855, apresentava os seguintes dados populacional de Sergipe: 132.640 habitantes no total, sendo 66.561 do sexo masculino e 66.079 do sexo feminino. Desses, 100.192 eram livres e 32.448 escravos. Dos livres, 70.488 eram adultos e destes, 30.630 casados e 29.704 menores. Contudo, no caso de Aracaju,

⁴⁴ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Alemida. Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE. São Cristóvão, 2007, p. 69.

⁴⁵ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de, Pe. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju: FUNCAJU, Sercore, 2002.

[...] visto que ao apresentar os dados por quarteirão ressalta que o inspetor do primeiro quarteirão não incluiu muito dos trabalhadores que se achavam presentes, por esses declararem que ao final do contrato retornariam para suas residências. [...] Ao total, entre livres, escravos e estrangeiros temos 1.484 habitantes na cidade. Loureiro (1983) afirma que quatro anos mais tarde (1860) a população de Aracaju chegou a cinco mil habitantes. (SANTOS, 2007, p. 70)

Seguindo estes dados e entrecruzando-os com os processos crimes contidos no Arquivo do Judiciário de Sergipe⁴⁶ e os estudos de Vellasco acerca da violência no universo oitocentista, percebemos que a violência salientava-se como uma dimensão inseparável do cotidiano dos homens, eclodindo nas mais diversas situações de convivência, seja nas relações de trabalho e lazer, os vínculos de parentesco e os de vizinhança. O que quero dizer, é que a violência não se constituía apenas como um atributo das relações estabelecidas entre os pobres e o seu mundo de cultura, mas era um dado manifesto em todas as camadas sociais.

No dia 10 de setembro de 1873, chega ao conhecimento da justiça que na Rua Aroeira desta cidade, o servente de obra João Manuel da Cruz, casado, baiano de Riachão, com idade de trinta e cinco anos para mais ou para menos dera cacetadas em Antônia Maria do Amor Divino, das quais resultaram em ferimentos e ofensas físicas. O resultado da brutalidade pode ser avaliado no auto de corpo de delito:

A ofendida apresenta uma contusão bastante sensível na patela lateral direita da região posterior do tronco no espaço correspondente as costelas; outra contusão sobre o quadril direito, também bastante sensível estendendo-se a articulação do outro lado, e finalmente na parte inferior do lado esquerdo da região frontal, estendendo-se da arcada superior para fora; e mais algumas pequenas escoriações de epiderme na face anterior do pescoço.

Segundo o acusado, o crime aconteceu da seguinte forma:

[...] encontrando-se com a ofendida em casa de Maria Joaquina da Conceição e que esta, a ofendida, achando-se muito embriagada, lhe dirigiu por repetidas vezes palavras furiosas e que ele, o acusado, tentou de todos os meios disvenciar-se de como tal precipício chegando a pedir a dona da casa que fizesse aquela mulher entrar para que ele pudesse seguir seu caminho em paz. Porém, ela semitenta nada atendia e continuava com as mesmas provocações, abusando tanto de sua prudência que chegou a dar-lhe duas bofetadas no rosto e em outras partes do corpo, arrojando-a ao final no chão, donde ela não pôde mais levantar.

⁴⁶ AGJ - Arquivo Geral do Judiciário. AJU/1ª V. CRI. CXs. 01/2579; 02/2638; 03/2639 e 01/2637.

Segundo as testemunhas: Rosalina (costureira), Martiliana dos Anjos (vive de suas agências), Maria das Virgens (vive de suas agências) e Maria Joaquina da Conceição (costureira e demais prendas domesticas). Ambas afirmam não ter presenciado o crime, contudo, Rosalina disse em seu depoimento “que estando deitada em sua casa ouviu altamente muitos choros e muita zoadas, e de manhã soube na feira que a ofendida tinha apanhado com muitas cacetadas”; já Martiliana, estando em sua casa ouviu gritos de socorro, e quando foi ver, viu a ofendida estendida no chão sem nenhum movimento e muito maltratada das cacetadas que recebera e que viu uma pessoa correr de perto dela quando se aproximava. Nesta ocasião, a ofendida lhe declarou que João Manuel da Cruz tinha lhe espancado com várias cacetadas; a testemunha seguinte, Maria da Virgens, afirmando o mesmo que as anteriores, disse que ouviu gritos da segunda testemunha, Martiliana, que dizia o seguinte: “acuda gente, olhe que desgraça, tanta gente e não acodem a uma mulher que está morrendo de pancadas e que ela chia acudente, e chia em companhia de Martiliana e Maria Joaquina”. Ambas alegam que ao ouvir os gritos encontraram a ofendida estendida no chão sem ter outro movimento senão os gritos que dava.

No entanto, a Maria Joaquina - a única que não é moradora da Rua Aroeira, morando na Rua da Lagoa do Vigário - quando foi inquirida sobre o fato,

[...] respondeu que estando em sua casa, apareceu o acusado para lhe comprar água ardente e ali se achavam presentes a ofendida, a qual passou a dizer ao acusado vários nomes indiciosos, os quais a decência forçou-lhe a responder que seguisse para sua casa, que ele não seria baixo ao que ela foi bem como o acusado; e depois mais tarde ouviu uns gritos e perguntando aos vizinhos o que era, lhes responderam que era a ofendida que tinha levado muitas pancadas e que tinha sido o ofendido, mas que ela, testemunha, não saíra de sua casa e por conseguinte não sabia de certo quem fora que dera as pancadas.

Um dos fatos interessantes nos relatos das testemunhas é que todas não estavam presentes no momento do acontecimento, todavia, como elas escutaram os gritos da vítima, Antônia Rita do Amor Divino, sendo que Joaquina morava na Rua da Lagoa do Vigário e as outras na Aroeira, e provavelmente o crime deve ter acontecido nas imediações da Rua da Lagoa do Vigário?

Outro fato bastante relevante é o testemunho de Martiliana, principalmente quando lhe é perguntado se ela viu Rosalina nas imediações do crime. Respondendo que quando voltara com suas costuras nos braços encontrara a mesma na porta, a qual lhe

perguntando o que era aquilo, ela respondeu que era uma mulher a quem deram uma cacetada e que ela, Roselina, ajudou a testemunha Martiliana a colocar a ofendida, Antônia Maria, em cima da cama. Perguntada se testemunhou, ouviu ou sabia dizer se a ofendida tinha bebido água ardente. Respondeu que sabe, porque a viu mandar buscar meia garrafa de água ardente, e que a distribuiu com todas elas⁴⁷.

Não obstante, os autos do processo estão cheios de contradições, mas, é mister que todas as testemunhas estavam próximas da vítima que se encontrava embriagada e estendida no chão, mas o real motivo do processo é ocultado, pois acreditamos que todas estavam bebendo nas imediações ou na casa de Maria Joaquina, a qual provavelmente, tinha um boteco ou um alambique, mesmo que conste nos autos que esta viva de suas costura e demais prendas domésticas.

Casos como estes são comuns no conjunto dos processos que analisamos, foram vinte dois processos crimes; os quais ilustram a presença da cultura da violência que marcou a sociedade oitocentista, a onde a violência da escravidão e da ação repressiva do Estado,

[...] com seu repertório de execuções, castigos corporais e sevícias, se aliavam a brutalidade no trato entre homens e mulheres, o espancamento das crianças como recurso pedagógico rotineiro, a agressividade como moeda corrente das relações sociais e a valentia como premissa da honra. A violência constituía um *ethos*, que atravessava as relações sociais, fossem verticais ou horizontais, fossem entre estranhos ou próximos, entre amantes, parentes ou inimigos. As relações sociais eram marcadas pelo que Elias chamou de teatro das colisões hostis entre os homens. (Norbert Elias, 1999. Apud: VELLASCO, 2004, p. 04)

Contudo, é fácil perceber o papel da mulher nessa sociedade, entretanto, é de práxis encontrar no Arquivo do Judiciário de Sergipe processos crimes que referenciam que tanto as mulheres como os homens lutaram pela sua sobrevivência no espaço geográfico da capital. Elas empulharam paus, pedras e navalhas para transgredirem as leis, no entanto, foram vítimas de uma sociedade patriarcal.

Obviamente [...] Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. [...] As

⁴⁷ AGJ - Arquivo Geral do Judiciário. AJU/1ª V. CRI. Ofensas verbais e físicas. CX. 02579 (10/09/1873)

mulheres [...] são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens ao contrario, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas que revelem força e coragem. [...] homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência [...] Além do sentimento de impotência ser gerador de violência. (SAFFIOTTI, 2004, P. 34 - 35)

A exemplo disso, podemos ver nos processos seguintes: Sumário de Culpa no qual o réu, João Martins de Sant'Anna é acusado de ferir sua mulher e sua mãe, provocando a morte desta última ao causar-lhe ferimentos em decorrência da briga estabelecida entre o acusado e sua esposa, sendo que em defesa da sua nora, Micaella Francisca, a mãe do réu se fez presente ficando gravemente ferida, chegando a falecer⁴⁸.

Em outro, Justiça Pública contra a ré Alexandrina Maria do Espírito Santo, Sumário de Culpa no qual consta à acusação de crime de ferimento feito na face do Cadete José da Motta Bitencurt⁴⁹ e a da Justiça Pública contra a ré Theresa Saluta de Jesus, Processo Crime referente à agressão praticada pela ré com uma navalha na pessoa de Vicência, por esta haver insultado uma companheira de morada⁵⁰.

Além disso, "as próprias condições de dominação se justifica largamente em função da legitimidade da violência como forma necessária e naturalizada das interações sociais, que definiam as situações de poder e de submissão [...]" (VELLASCO, 2004, p.06).

Outro crime que nos chama a atenção é o da ré Mathildes Marrocos, que proferiu ofensas verbais e físicas à Cândida Maria do Sacramento pelo fato de ter dado uma cacetada na cabeça da vítima, a qual se encontrava bastante machucada, sendo que no ato do acontecido ela encontrava-se na porta da casa de Pedro Luis do Rego e da de Pedro Bispo dos Santos, todos moradores da Rua Aroeira. O interessante desse conflito, é que as testemunhas afirmam o ocorrido, mas a ré, afirma que não lembra de nada porque estava bastante embriagada. No entanto, o que Mathildes afirma, é que o ferimento deve ter ocorrido quando ambas se lançaram em colisão chegando a cair no chão, onde deve ter ocorrido o ferimento na vítima; o motivo do crime não consta nos autos, sendo assim, o juiz julgou o crime improcedente e passou o alvará de soltura da ré.

⁴⁸ AGJ - Arquivo Geral do Judiciário. AJU/1ª V. CRI. Sumário de Culpa. Cx. 02/2638 (04/07/1874).

⁴⁹AGJ - Arquivo geral do Judiciário. AJU/1ª V. CRI. Sumário de Culpa. Cx.01/2637. (06/12/1860).

⁵⁰AGJ - Arquivo geral do Judiciário. AJU/1ª V. CRI. Processo Crime: Ofensas Verbais e Físicas. Cx.01/2579. (14/10/1864).

Homens e mulheres – e sempre mais os primeiros – em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução dos problemas, de enfrentamento de conflitos, como defesa do que julgassem seus direitos e, enfim, na afirmação de sua posição e na defesa de seus valores, tais como honra, valentia e coragem, estes outros nomes da dignidade. E, neste sentido, o uso da força era amplamente reconhecido e valorizado. Hora era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais e a violência, um teste de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertenceria. (VELLASCO, 2004, p. 6)

Contudo, acreditamos que vários fatores corroboraram para uma violência de gênero na moderna capital sergipana, - sendo que no século XIX há uma presença disseminada da violência como uma cultura que permeava as relações sociais, era uma racionalidade enquanto forma de expressão de valores, tais como honra e dignidade e a manutenção de prerrogativas em contextos competitivos - entre eles, o inchaço populacional, pois nos primeiros anos da mudança da capital foram instalados a Alfândega, o ancoradouro do rebocador da Associação Sergipense, a Mesa de Rendas da Cotinguiba e uma agência dos Correios⁵¹. Tudo isso em atenção ao grande movimento econômico da Cotinguiba, esperanças da agricultura e do comércio da Província de Sergipe.

Entretanto, as edificações de moradia arrefeceram-se nas calamidades gerais que se abateu em Aracaju nos anos de 1855 e 1856, dentre elas o cólera-morbus e a crise de abastecimento dos alimentos, fazendo com que o governo lançasse uma política de incentivo fiscal para as edificações na cidade; em 1856, o presidente da província, Benevides, isentou da Décima Urbana “por um espaço de dez anos, os prédios compreendidos na cidade de Aracaju, cuja edificação fosse concluída até o ano de 1861” (SANTOS, 2007, p, 72). Porém,

No espaço urbano da cidade, seguindo regulamentação, não poderia existir atividades que comprometessem a salubridade pública, mas também não poderiam existir habitações com o uso de palha. Nesse aspecto, o espaço fora da cidade parecia comportar as suas atividades “ilícitas”, assim, eram proibidos trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão e caldeireiros, gritos de trabalhadores e suas residências em palha. Fora do perímetro demarcado pelo código a salubridade e a moradia pareciam poder conviver juntas. (SANTOS, 2007, P. 111)

⁵¹ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de, Pe. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju: FUNCAJU, Sercore, 2002.

Seguindo os estudos Ginzburg⁵², acreditamos que os códigos de posturas⁵³ fizeram com que a cidade vivesse um tipo de cidade sitiada, onde os populares tiveram de operacionalizar algumas táticas, como operações minúsculas que existem dentro da estrutura de funcionamento e leis do cotidiano para gerir o seu dia-dia, criando e recriando uma circularidade cultural em que os valores e representações de diferentes classes sociais se completam e influenciam mutuamente. Ainda nesta linha, Certeau

[...] faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos [...]. (1994, p, 173-174)

Todavia, ambos os autores imbricam no uso de táticas e estratégias que os populares operacionalizam, mas não há como prever como elas foram usadas, esse consumo não foi passivo, o que as elites produziram numa determinada época os populares gerem de formas diferentes, ou seja, os lugares são os mesmos, mas a apropriação e o consumo são diferentes, tanto dos populares quanto das elites.

Por fim, os dados trabalhados neste artigo demonstram a disseminação da violência como um padrão que regia a sociedade oitocentista nas suas mais diversas formas, seja na defesa da honra ou como resposta aos desafios e aos conflitos que emergia em situações diversas do cotidiano. Contudo, no *corpus* documental que analisamos fica claro que as áreas fora do plano Pirro eram lugares de conflitos latentes, principalmente a região da Aroeira, que segundo Porto (2003, p. 73) ficava nos limites do sítio aracajuano de onde “afloravam as águas da chuva que nelas se infiltravam”. Essa região ficava entorno da atual Rua Itaporanga com a Avenida Gonçalo Prado, “[...] a quadra formada pelas Ruas Itaporanga, Siriri, Própria e Avenida Gonçalo Prado, em sua metade leste, era de capineira e brejo” (PORTO, 2007, p. 77), onde a população se alimentava pelas águas infiltradas nos morros a oeste e que escorriam para um riacho, onde hoje é canalizado.

Contudo, Aracaju na segunda metade do século XIX viveu uma espécie de cidade sitiada pelo o que nos consta os códigos de posturas, no qual cada unidade

⁵² **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo, 2002 e **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.** São Paulo, 2001.

⁵³ As posturas de 1856, 1858, 1872 e 1871 se encontram na Biblioteca Pública Epifânio Dórea – BPED. In: SERGIPE. Resolução n. 458 de 03 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. Coleção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1853- 1858. Aracaju: Typ. Provincial. A de 1864 no Arquivo Público do estado de Sergipe. As demais no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE.

econômica, familiar, ou qualquer grupo de cidadãos competiam entre si por sua sobrevivência, as tensões surgiam, ou emergiam com maior ou menor frequência e os recursos a violência física era uma alternativa recorrente na defesa de suas pressões por uma posição social, “[...] matar era, muitas vezes, um gesto público de vingança capaz de sublinhar a grandeza; era, portanto, um modo particular de ser virtuoso [...] a violência expressava a distinção” (Silveira, 1997, p. 148-150. Apud: VELLASCO, 2004, p. 25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de, Pe. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju: FUNCAJU, Sercore, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes; tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância; tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova; tradução Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2003.

SAFFIOTTI, Heleiet I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE**. São Cristóvão, 2007. (Dissertação de mestrado).

VELLASCO, Ivan de Andrade. **A Cultura da Violência**: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX. Rio de Janeiro, 2004.

ARACAJU: UMA CIDADE PLANEJADA PARA POUCOS

Paulo Roberto Alves Teles⁵⁴
pauloteles_aju@hotmail.com

Introdução:

O presente trabalho objetiva revisitar os estudos centrais a respeito da produção do espaço urbano de Aracaju e explicitá-los a partir de uma ótica histórico-geográfica. Para isso, os trabalhos de alguns professores como Fernando Porto, Neuza Ribeiro, Vera França e Walderfrankly Rolim de Almeida Santos servirão de base para os argumentos apresentados posteriormente neste artigo.

Fundada em 17 de março de 1855, Aracaju destaca-se por ter sido planejada com o intuito de atender às necessidades econômicas da região que compreende o Vale do Cotinguiba. Projetado por Sebastião J. B. Pirro, o projeto arquitetônico já apresentava embriões da exclusão social. Pois este - acompanhado de restrições e medidas impostas pelo *código de posturas* - limitavam o acesso a terra encarecendo-a e dessa forma, segregando ainda mais a população migrante, para a qual não lhe estava possível o acesso ao *quadrilátero de Pirro*.

Forçados a se instalarem nos arredores do quadrilátero, os imigrantes provenientes do interior compuseram verdadeiros núcleos de segregação social. Ignácio Barbosa *conquistou a duna*, mas não proporcionou condições de incluir os grupos desfavorecidos nesta empreitada. Com isso

“(...) o conjunto das primeiras leis e procedimentos que tentaram dar condições para que ela (Aracaju) se sustentasse enquanto espaço urbano, enquanto cidade e capital, apoiou-se nessa visão de desenvolvimento, cujo maior desafio nos seus primeiros anos foi vencer os obstáculos do terreno, das suas características ambientais, geográficas e, ao mesmo tempo, implementar o modelo de composição espacial planejado pelos cálculos da engenharia de Sebastião Pirro (...)”. (SANTOS, 2007, 81).

Entretanto, o que foi montado para urbanizar serviu para reforçar ainda mais os aspectos excludentes de Aracaju e ironicamente significou um retrocesso nos planos daqueles que pretendiam tornar a cidade um palco da modernidade.

A conquista da duna: A fundação da cidade de Aracaju

⁵⁴ Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe. Sob a Orientação do Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

“(...) A cidade é uma construção. Não uma construção material, apenas, mas também imaterial. Iniciada primeiramente de um constructo imagético, de uma apropriação do mundo e da natureza, de uma organização desse mundo pelo conhecimento e pela técnica (...)”⁵⁵.

De acordo com SANTOS (2007), as mudanças decorrentes da Revolução Industrial no século XIX foram responsáveis pela transformação da cidade em um palco onde os conflitos sociais se reproduziam. As lutas pelo espaço e o agravamento dos desníveis sociais foram responsáveis pelo surgimento de uma *ciência* que planejasse e estruturasse a cidade: o urbanismo. Para o autor, a capital francesa teria sido o exemplo maior desta nova *ciência*. Com suas avenidas e boulevares, o aspecto medieval parisiense era sepultado para o nascimento de uma nova Paris, que era simultaneamente cultural, moderna e científica.

É nesse contexto que surge a *cidade-capital*, a qual deveria ser o centro das principais atividades da região. Entretanto, a proposta de centralização das atividades não é vista com bons olhos por FRANÇA (1997), a qual argumenta posteriormente que essa concentração de funções em Aracaju resultou na marginalização de outras áreas do Estado de Sergipe, nesse caso o seu interior. Os impactos provocados pela reforma urbana implementada por Haussmann⁵⁶ atravessaram o Atlântico e influenciaram as idéias do então presidente de província Ignácio J. Barbosa.

Para RIBEIRO (1997), o desenvolvimento da região correspondente ao Vale do Cotinguiba – ocasionada com o aumento do consumo do açúcar – teria forçado a criação de um novo centro de escoamento da produção que viesse atender as necessidades de contato entre o mercado externo e o centro produtivo. Dessa forma, a cidade de São Cristóvão não se enquadrava no perfil de capital, já que esta, por não apresentar boas condições de escoamento, não centralizava em si as funções de uma *cidade-capital*. Era necessário produzir um ambiente urbano que atendesse as necessidades políticas, econômicas e até mesmo ideológicas da época. Fez-se assim Aracaju.

Construir uma capital em meio a mangues, pântanos e alagadiços, não seria uma missão fácil de cumprir. De acordo com PORTO (1991), o drama da construção de Aracaju seria realizado em meio a um *teatro de lama* onde para ele faltara sangue, mas sobraram suores e lágrimas. O autor também teria estabelecido 4 fases sobre a evolução urbana de Aracaju: O primeiro denominado “A conquista da duna” (1855-1865); o

⁵⁵SANTOS, 2007, p. 52.

⁵⁶ Georges Eugène Haussmann (1852-1870), prefeito de Paris e realizador de sua reforma urbana.

segundo conhecido como “Primeira ocupação do Oeste” (que vai desde a década de 60 do séc. XIX até os primeiros anos da República; O terceiro período ocorre durante todo o primeiro quartel do séc. XX e por fim o quarto período que para ele ainda era muito recente para ser definido.

O engenheiro Sebastião Basílio J. Pirro é o encarregado para cumprir tal missão. As idéias científicas são marcantes e, influenciado por elas, Pirro estabelece o planejamento daquela que seria a nova capital. A cidade media cerca de 600 metros às margens do estuário e 100 metros em direção ao interior. Inflexível, o engenheiro teria construído um modelo no qual as ruas deveriam atender a um padrão geométrico retilíneo, onde as exigências impostas pelo *código de posturas* de 1856 restringiam o acesso de indivíduos desfavorecidos no “quadrado de Pirro”. Além disso, a especulação imobiliária já se apresenta como mecanismo excludente, agravando ainda mais esta situação. Dessa forma, torna-se imprescindível analisar de que forma esses acontecimentos atingiram a população migrante e quais ações esses grupos realizaram mediante tal situação.

O “quadrado”, as posturas e a segregação social

“(…) Passado cinco anos da fundação da cidade, a valorização de terras e sua concentração nas mãos de poucos proprietários repercutiram na imprensa sergipana sob a forma do problema da habitação. Por mais que o governo tenha esboçado incentivos para a edificação de novas casas na cidade para o funcionalismo público, a especulação imobiliária garantiu uma elevação dos preços para aquelas já edificadas (...)”.⁵⁷

O crescimento populacional assistido entre os anos de 1856 e 1860 evidenciaram o despreparo da cidade em atender um grande contingente de moradores. De acordo com SANTOS (2002), ficou evidente o surgimento de duas cidades em uma: a primeira o autor denomina *a cidade da ordem*, a qual é dotada de uma infra-estrutura básica e diversos serviços e a outra, *a cidade da desordem*, caracterizada pelas construções de barro e palha habitadas pelos indivíduos segregados pelo sistema vigente. Como afirmou o mesmo: “as políticas públicas sobre a cidade se concentram na regulamentação e valorização de áreas específicas em detrimento de outras” (SANTOS, 2002, p.122).

⁵⁷ SANTOS, 2007, p.92.

O primeiro código de posturas⁵⁸, elaborado em 3 de setembro de 1856, parecia não estar condizente com a realidade aracajuana. Através do artigo 2º da Resolução nº458, este estabelecia os padrões que os edifícios construídos deveriam obedecer. De acordo com ele “(...) *Toda a casa que se edificar, ou reedificar, terá 20 palmos de vivo pé direito no primeiro, dezenove no segundo pavimento, dezoito palmos no terceiro e assim por diante (...)*” (Art. 2º, Código de Posturas, *apud*: SANTOS, 2007, p. 103).

Para RIBEIRO (1997), as exigências impostas referentes ao dimensionamento, alinhamento e as restrições estabelecidas para o uso de alguns materiais na construção de edifícios foram responsáveis para instalação da população pobre fora do “quadrado de Pirro”. Além disso, constata-se que nos períodos iniciais da instalação em Aracaju a presença do setor privado fora marcante e, esta agravava ainda mais a especulação imobiliária, tornando-se dessa forma, inviável adquirir terras nas imediações do “quadrado” devido ao seu elevado preço. Para os excluídos, restou-lhes apenas a difícil aventura de habitar as áreas externas do território montado por Pirro, mais especificamente as terras a oeste.

Segundo PORTO (1991), a construção da Praça da Igreja Matriz em 1862 foi responsável pelo início da expansão da cidade para o oeste. Para ele, os menos abastados lideraram essa expansão quase que de forma heróica. Pois, enfrentando os alagadiços e mangues da Olaria, esses indivíduos se estabelecem em meio a um amontoado de ruas e becos. Dessa expansão surgem as ruas Santo Amaro, Capela, Arauá e Santa Luzia, ironicamente, o autor deixa a entender que a estabilidade da Capital no Aracaju teria sido proporcionada por essa expansão. Dessa forma, compreendemos que os indivíduos segregados tiveram um papel fundamental para a consolidação do projeto de Ignácio Barbosa.

Considerações finais

Diante dos argumentos levantados acima, acreditamos que a construção de Aracaju – influenciada pelas idéias científicas do séc. XIX – apesar de ter sido planejada, apresentou aspectos excludentes que impediram a inclusão do indivíduo em seu espaço urbano. Também acreditamos que o Estado possuiu uma parcela de culpa nesse processo de segregação social, já que restringiu e limitou o acesso através de leis que estabeleciam diversas características padronizantes. Apesar do mesmo realizar a

⁵⁸ O código de posturas se assemelha a uma espécie de Plano Diretor do período.

isenção do pagamento da Décima Urbana⁵⁹ por 10 anos, entendemos que esta medida seria apenas um mecanismo atrativo para os grupos abastados da sociedade, não tendo efeito algum nos grupos mais pobres.

Dessa forma, o "planejamento aracajuano" resultou no surgimento de fenômenos inesperados. Pois,

"(...) Apesar da existência, desde o início da sua fundação, de projetos de disciplinamento urbano a expansão de Aracaju se deu, até certo ponto, de forma espontânea e desordenada. Tanto é que com apenas dois anos de vida já se constatava a presença de arruamentos fora do plano de Pirro caracterizando-se por um labirinto de ruas irregulares, becos e habitações de condições precárias (...)". (1 FORTES, 1955, p.43)

Até mesmo a própria especulação imobiliária, marcante nos anos iniciais da implantação da cidade, foi resultante da falta de ação do Estado, o qual assistiu inerte o crescimento cada vez maior da iniciativa privada na urbanização aracajuana. Faltaram mecanismos reguladores que impedissem o surgimento de tal situação. Além disso, como já fora citado anteriormente, o próprio Estado intensificou tal especulação ao desenvolver políticas públicas que priorizavam áreas específicas.

Com isso entendemos que o estudo dessa temática é demasiadamente importante, já que ainda se percebem vários dos problemas elencados acima presentes em nossa contemporaneidade. Dessa forma, torna-se necessário buscar as suas origens e historicizá-las para que se possa realizar um melhor entendimento dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DINIZ, José Alexandre Felizola. *Aracaju: síntese de sua geografia urbana*. Aracaju, 1963. 54 p;
- FORTES, Bonifácio. *Evolução da paisagem humana da Cidade de Aracaju*. Livraria Regina, 1955;
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Aracaju: Estado e metropolização*. 1997. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campos de Rio Claro. Documento sergipano;
- FREIRE, Augusto Henrique Monteiro. *Urbanização de Aracaju desde sua fundação ate 1995*. 1999. 36 f. Monografia (Especialização em Análise Econômica) - Núcleo de Pós-

⁵⁹ Imposto criado em 1808, o qual seria um antecessor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Livro de Resumos e Anais Eletrônicos do II Seminário do Arquivo do Judiciário: "A Cidade de Aracaju"
ISSN 0000-0000
Graduação em Economia, Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano;
PORTO, Fernando Figueiredo. *A cidade do Aracaju, 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2 ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991;
RIBEIRO, Neuza Maria Gois. *Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989;
SANTOS, Walderfrankly Rolim de Almeida. *Práticas e Apropriações do urbano na cidade de Aracaju*. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente na UFS, 2007, p. 51-130;
VILAR, José Wellington Carvalho. *La expansion del area de consumo: la vieja y la nueva centralidade intraurbana de Aracaju (Brasil)*. 2000. 2v.

ARACAJU NO GOVERNO DE ERONIDES DE CARVALHO

Silvânia Santana Costa
silvaniasanc@yahoo.com.br⁶⁰

No governo de Eronides de Carvalho (1935 – 1941) foram adotadas diversas medidas e criação de setores na cidade de Aracaju. Devido o seu desenvolvimento urbano ele tenta através do Decreto-Lei nº 66, de 25 de março de 1938, remodelar e ampliar o Serviço de Água e Esgoto (SAE). (SANTANA, 1999, p. 205). Para isso, o Escritório Saturnino de Britto apresentou ao governador o relatório sobre o levantamento dos serviços de água e esgoto. O engenheiro Floro da Costa Doria, descreveu a necessidade de uma ampliação urgente.

Para essa ampliação, substituiu-se a adutora de 8”(polegadas) por outra de 12”, para melhor distribuir água nos bairros, nestes foram feitos *o levantamento tipográfico* e constatou-se que os bairros Aribé e 18 do forte haviam se expandido bastante. No entretanto, a população desperdiçava muita água e para sanar o problema, foram instalados obrigatoriamente os hidrômetros como “medida de economia e para coibir os abusos dos consumidores (...) à medida que o Serviço de Água e Esgoto da Cidade de Aracaju for adquirindo os hidrômetros, serão os mesmos instalados,

⁶⁰Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialização em Magistério Superior pela Universidade Tiradentes (UNIT), membro dos Grupos de Pesquisa em História da Educação do NPED/UFS, GEPISTAE/UNIT e Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade (UNIT).

obrigatoriamente, nas casas que pagam atualmente, taxa de 8\$000 para cima". (SANTANA, 1999, p.208).

Assim, as taxas de água foram alteradas de acordo com o consumo, os vários reajustes fizeram aumentar a receita e o superávit dos Serviços de Água e Esgotos. Eram comuns notas de jornal lembrando aos consumidores do pagamento de suas contas de água a fim de evitarem multas.

Outro setor de atuação no seu governo foi o serviço de Saúde Pública que passou a ser desenvolvido no Palácio Serigi. O órgão destinado ao Centro de Saúde foi instalado no antigo prédio da cadeia pública, denominada pela população como "cadeia velha". O hábito de cognominar ruas e praças tomando como ponto principal um edifício importante, era hábito comum da população citadina. Por isto, a praça onde se localizava a cadeia Pública ficou conhecida como "Praça da Cadeia".

Enquanto os outros prédios eram térreos, o da cadeia era um vistoso edifício de dois pavimentos, com pós-direitos avantajados e que lhe davam grande altura, estendido ao longo de uma fachada de cerca de 50 metros, com um corpo central que chegava até o alinhamento da rua e duas alas laterais recuadas, dando-lhe a forma de "T". (PORTO, 2003).

A "cadeia velha" pertencia ao Sr. Coronel Antonio do Prado Franco que a vendeu ao Estado por 120:000\$000. A transformação do edifício da antiga Cadeia Pública no Palácio Serigi, inaugurado em 27 de novembro de 1938, demonstra o ideário modernizador e higienista do médico-governador. Ao referir-se ao prédio, ele diz que:

O palácio Serigi surgiu do antigo edifício da Cadeia Pública, monstrego arquitetônico que, no abandono em que estava, vinha ameaçando a graça das nossas ruas e praças e a saúde do povo. Não poderia jamais consentir que se perpetuasse essa situação em que, afora a parte estética, sofria, extraordinariamente, o lado higiênico social da Aracaju, uma vez que aqui o monturo corria parelhas com o abandono, num desafio constante aos poderes públicos. (CARVALHO, 1941, p. 73).

A expressão mostrego arquitetônico demonstra bem a visão de feiúra e incômodo que passava o antigo prédio velho, desativado por muito tempo. Assim, alegou que resolveu sanar a questão "fazendo desaparecer o que era, sem exagero, uma nodoa na beleza inegalável desta cidade de céu tão claro". (CARVALHO, 1941, p. 73). Portanto, "a cidade doente surge como objeto construído pelo saber da medicina e privilegiado na prática do médico". (ENGEL, 1989, p. 48).

Percebe-se que a "cadeia velha" seria um local doentio, e o palácio constituía-se no espaço destinado a sanar os males existentes na sociedade. Dessa forma, o problema da saúde pública voltava-se para o ambiente como um local de transmissão de doenças, estas estavam associadas às condições do meio, sendo assim, era preciso ordenar o espaço a fim de sanar os males advindos das péssimas condições urbanas.

Por isso, os prédios recebiam uma rígida fiscalização por parte do Departamento de Saúde Pública, sendo, vetado a ocupação total ou parcial de algum prédio sem autorização da autoridade sanitária, ou seja, sem a concessão do "habite-se". As multas para os infratores variavam de 20\$000 a 100\$000. Assim, todos os prédios vagos seriam visitados pela autoridade sanitária, que verificará se os mesmos se achavam de acordo com as prescrições do regulamento, devendo a visita fazer-se impreterivelmente dentro do prazo de 48 horas para habitações e estabelecimentos comerciais.

Os serviços de drenagem e calçamentos deram-se em virtude do acúmulo de água, motivo de preocupação por parte das autoridades responsáveis pelo controle sanitário, daí a necessidade das visitas as áreas consideradas perigosas para a saúde da população. Em 1937, o médico sanitarista Rockefeller fez um mapa estatístico dos quintais que na capital precisavam de aterro. Segundo ele, era fundamental o serviço de drenagem dos pântanos e lagoas. Em janeiro de 1938 foram registrados no Diário Oficial: 48 visitas a quintais, 63 a barbearias, 12 a prédios vagos, 30 em construções, 40 a terrenos baldios, foram concedidas 6 habite-se, 9 carteiras de sanidades fornecidas. (DIÁRIO OFICIAL, 1938).

De acordo com o artigo 223 das Disposições gerais da polícia sanitária, caso a autoridade sanitária determinasse que o local não estava de acordo com as normas de higiene, ele era interdito, só podendo o proprietário reabri-lo com a autorização da mesma. Se o prédio mesmo fechado, constitui-se em perigo para saúde pública eram realizadas pela repartição sanitária as demolições ou melhoramentos necessários.

Como foi exposto, no governo de Eronides de Carvalho vários setores foram alvos de intensa fiscalização. O Decreto de nº 77, de 24 de maio de 1937, que regulamentava o Departamento de Saúde Pública de Sergipe em seu artigo 407 estabelecia que os matadouros deveriam possuir casas de matança, compartimento para enxugar... câmara e ante-câmara frigoríficas, fornos crematórios... instalação para a fiscalização sanitária, vestiários, entre outros julgados necessários pela saúde pública.

Esses estabelecimentos deveriam seguir a risca todas as determinações de instalação e funcionamento.

A fiscalização fez-se presente em cafés, confeitarias, bares, restaurantes, padarias, mercearias, açougue e no mercado municipal. A alimentação saudável propícia um bom desenvolvimento físico. “Uma nova política sanitária estava estruturando-se. Nela, a imposição das normas era propagandeada como extremamente funcional. (MAYNARD, 1998). Percebe-se pela forma como essas medidas eram difundidas, principalmente nas escolas, o Colégio Jackson de Figueiredo em seu jornal mensal ressaltava a importância da alimentação para a condução de uma boa saúde. “As crianças, principalmente, devem comer frutas e verduras, porque têm vitaminas, o que não possuem os doces que se compra na rua, o pão e a banana são os alimentos mais baratos e de maiores vantagens para nós”. (CORREIO DO COLEGIAL, 1938).

Diante disso, várias medidas tentaram regulamentar uma vida mais saudável, dentre elas, se estabeleceu à substituição das mochilas de pano e outros materiais pelo pão empacotado na entrega domiciliar. Não era permitido embrulhar os gêneros alimentícios com jornais, papéis ou qualquer material impresso ou que ficassem em contato direto com o alimento. As pessoas que trabalhavam em setores de alimentação, não podiam ser agente de doenças transmissíveis ou aqueles que possuísem dermatose exsudativas ou exfoliativas, pois, contaminariam os alimentos.

Prosseguia com a fiscalização do leite consumido pela população da capital. Esta era realizada pelos guardas sanitários auxiliados por um guarda civil, que recebiam formação por meio de cursos promovidos pelo Estado, além do curso-estágio para os médicos sanitaristas. As autoridades sanitárias eram encarregadas de verificar as condições de instalações e higiene do local que estava sendo produzido o leite, este por sua vez deveria ser pasteurizado, ou submetido a algum processo que o isentasse de germes. No que diz respeito ao leite cru era obrigatório a declaração de qualidade, a identificação do local de produção, o nome do responsável, a data e o horário da ordenha.

Art. 362. A venda na via pública ou a entrega de leite a domicilio só será permitida sob a responsabilidade dos entrepostos e de firmas proprietárias dos estabelecimentos ... legalmente e licenciadas e registradas sanitária competente, sob pena de apreensão do produto de vasilhame, e demais material.

Dessa forma, percebe-se que a lei era bastante rígida, estando os infratores, sujeitos a penalidades como: multa e apreensão dos materiais. Para conscientização da

população, o governo determinou as autoridades sanitárias que fixassem cartazes nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, contendo medidas de higiene, regras de asseio e conduta para uma boa alimentação. E aqueles que não seguiam as determinações eram multados, também aqueles não permitissem a fixação ou danificassem os cartazes.

Para convencer a população, os órgãos de propaganda a serviço do governo foram encarregados de construir uma imagem favorável do governante. "Era preciso que todos vissem a operosidade do Governo, uma vez que a dureza do regime suscitava má vontade dos sergipanos para com o governante" (MEDINA, 1999, p. 44). Assim:

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista ... ou para vigiar o espaço exterior..., mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado - para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos : agir sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. (FOUCAULT, 1987, p. 154).

As mudanças na arquitetura dos prédios públicos fizeram-se presente nesse período de governo. Foi o caso do edifício destinado a Biblioteca Pública. Wynne atesta que o Interventor já providenciava no sentido de melhor instalação da Biblioteca Pública. A biblioteca foi inaugurada em 14 de novembro de 1936 a firma Herm. Stoltz e Cia foi responsável pela entrega de estantes de aço e pelo elevador de pequeno porte, destinado a fazer o transporte de livros do 1º para o 2º pavimento.

Quanto à implementação e construção de hospitais, muitas obras foram realizadas. Dentre elas, a edificação do Hospital Infantil, inaugurado no dia 2 abril de 1939 e anexado ao patrimônio do Hospital de Cirurgia, por Decreto-Lei nº 72 de 2 de abril de 1938, sob a direção do médico Dr. Augusto Leite. Até então, não havia instalações próprias para atender as crianças, que desfrutavam do mesmo espaço dos adultos. "É preciso que o espaço em que está situado o hospital esteja ajustado ao esquadramento sanitário da cidade. É no interior da medicina do espaço urbano que deve ser calculada a localização do hospital". (Foucault).

Na casa da criança foi criado um pavilhão destinado a assistência médica e odontológica por meio da Inspetoria de Higiene Infantil e Assistência Escolar. No setor de serviços especiais estão descritos as vacinações e revacinações contra varíola, num total de 12.257 e outras imunizações atendendo a um número de 157 pessoas. Havia a

vigilância nos casos de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias, retirando às crianças infectadas e aplicando-lhes vacinas antivariólicas e anti-tíficas.

A puericultura, ciência médica que se dedica ao estudo dos cuidados com o ser humano em desenvolvimento, ou seja, com a prevenção de doenças desde a fecundação do óvulo até o processo de desenvolvimento infantil foi um dos projetos de Eronides de Carvalho, posto em prática com a ampliação da Maternidade Francisco Melo. É preciso lembrar que isso reflete o pensamento eugenista embutido durante o Estado Novo incorporados nos diversos projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, e propagandeados em todos os Estados da federação.

A questão da saúde pública estava veiculada as condições do ambiente, já que diversos aspectos contribuíam para o surgimento e proliferação de doenças. Faziam parte destes: a falta de um sistema eficiente de esgotos, de abastecimento de água, o acúmulo de lixo, entre outros que favoreciam a exalação de odores responsáveis pelas endemias.

Percebe-se pelo caráter autoritário e disciplinador do administrador. Para exercer o controle sobre a sociedade, diversos programas de saúde foram criados. Estes tinham embutidos a ideologia dominante na difusão de idéias que permitiam a manutenção da ordem e a garantia de estabilidade política, obtida após a implantação do Estado Novo.

Para efetivação do seu projeto, Eronides Carvalho dispôs de uma rígida fiscalização sobre diversos setores comerciais ou não, a fim manter os espaços salubres evitando a proliferação de doenças. Um aparato constituído de departamentos contribuía para exercer o controle sobre o espaço urbano e social, aplicando as medidas que achavam cabíveis para a sua ordenação.

No que diz respeito à população pobre, percebe-se que este segmento foi alvo das medidas sanitaristas e campanhistas no governo de Eronides de Carvalho. Considerada como um dos focos de difusão de doenças, devido às condições de higiene e hábitos, vistos como arcaicos, ela deveria ser instruída através da Educação Sanitária. Percebe-se a imposição das idéias por meio da atuação coercitiva do Estado ilustrado sobre os "indivíduos ignorantes".

Verifica-se que Aracaju nesse período foi parte da execução do projeto de Eronides de Carvalho, o embelezamento das ruas, praças, avenidas, a construção de diversos prédios, inclusive hospitais, o cuidado com o corpo e com as crianças. Estas realizações eram demonstradas à população como fundamentais para o desenvolvimento da sociedade sergipana e estavam em consonância com os ditames do governo federal.

Mas, o governante-médico não dispunha de simpatia da população. Para convencê-la dos seus projetos, ele utilizou os meios de comunicação, visando também a aproximação com as massas. As instituições de ensino também eram instruídas a exaltar o caráter reformista e dinâmico do Interventor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigo 1.002 do regulamento do Departamento de Saúde Pública. In: Diário Oficial do Estado de Sergipe. Anno XIX, nº 7057, Aracaju, 7 de julho de 1937.

Decreto que dá regulamento ao Departamento de Saúde pública de Sergipe, Diário Oficial, Capítulo II, Aracaju, 1 de junho de 1937.

Discurso proferido pelo exmo. Sr. Governador Eronides de Carvalho ao ser inaugurada a Biblioteca do Atheneu "Pedro II". **Diário Oficial**, ano XIX, 7104, 2 de setembro de 1937.

Discursos proferidos pelo Dr. Eronides, 1941.

Diário Oficial, ano XX, nº 7207 de 14 de janeiro de 1938.

ENGEL, Magali. Magali. A cidade, as prostitutas e os médicos. In Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). Editora Brasiliense, 1ª ed., 1989.

Estado de Sergipe. Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. Imprensa Oficial, Aracaju, 1940.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O lazer: espaços e usos. In: Em tempo de guerra: aspectos do cotidiano em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Pesquisa apresentada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, 1998.

Correio do Colegial. Orgam mensal do Colégio Jackson de Figueiredo, Aracaju, nº II, ano I, mês de setembro de 1938.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

PORTO, Fernando de Figueiredo. Praça e rua da cadeia. In: **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju, Gráfica Editora J. Andrade, LTDA, 2003.

SANTANA, José Lima. **História do Saneamento básico em Sergipe**. Publicado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). Aracaju, editado pela OFFSET, 1999.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe** (1930-1972). v. 2, Rio de Janeiro: Pongetti.

